

# RAÇA E MERCADO

## EMPREENDEDORISMO NEGRO NO BRASIL

NOVEMBRO DE 2021



# ÍNDICE

01

SUMÁRIO  
EXECUTIVO

02

INTRODUÇÃO

03

METODOLOGIA

04

A QUESTÃO RACIAL  
NO BRASIL

05

A CULTURA NEGRA

06

DEFINIÇÃO DE  
EMPREENDEDORISMO NEGRO

07

OS DESAFIOS DAS EMPREENDEDORAS  
E EMPREENDEDORES NEGROS  
NO BRASIL

08

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

09

O ECOSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO  
NEGRO NO BRASIL

10

O PAPEL DO ESTADO

11

O PAPEL DAS GRANDES  
EMPRESAS

12

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES  
INTERMEDIÁRIAS

13

O IMPACTO DA PANDEMIA  
DE COVID-19

14

CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Coordenação

Edgard Barki  
Márcio Macedo  
Pablo Leão

### Produção

Alma Preta

### Projeto Gráfico e Diagramação

Lais Oliveira

### Apoio

 VISA



J.P.Morgan

### Realização



FEIRA  
PRETA



# SUMÁRIO EXECUTIVO

Negócios criados ou geridos majoritariamente por pessoas negras têm crescido e movimentado a economia do Brasil. Contudo, o expressivo número de empreendimentos ainda não é acompanhado por políticas de incentivo e esbarra em problemáticas sociais que interferem na sustentabilidade financeira a médio e longo prazos. Por isso, uma alternativa para garantir mais longevidade para esses negócios é a atuação a partir de ecossistemas, que concentram atores capazes de minimizar as dificuldades por meio da articulação em rede. Assim, é possível afirmar que o empreendedorismo negro é um importante movimento de superação de processos históricos porque ele fomenta a autonomia financeira, promove a inserção social e ajuda a criar uma noção de pertencimento em empreendedores(as). Com base em diálogos e discussões realizados nos encontros do Fórum Raça e Mercado, este relatório sistematiza os desafios e aponta os caminhos para o desenvolvimento do empreendedorismo negro no Brasil.

## População Negra e Empreendedorismo Negro no Brasil

O empreendedorismo é uma alternativa para a população negra desde que ela se viu à mercê da própria sorte, após a tardia abolição da escravidão no Brasil. Não é de hoje que as pessoas negras só conseguiram sobreviver e manter sua família porque, mesmo com baixo capital, viram na possibilidade de comercializar serviços e produtos a forma única de sobrevivência. Antes de o termo empreendedorismo ser cunhado, as pessoas negras já criavam alternativas para driblar as adversidades. Por isso, refletir sobre o ato de empreender a partir da perspectiva racial possibilita compreender as demandas de uma parcela importante da sociedade. Negros representam 56% do total de brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população negra no Brasil não é somente a maioria em números absolutos, mas movimenta R\$1,7 trilhões da economia nacional e representa 29% dos donos de negócios. Ao todo, são 14 milhões de empreendedores que geram R\$359 bilhões em renda por ano, segundo pesquisa desenvolvida pelo Instituto Locomotiva. Ainda que esses números possam demonstrar a importância econômica dessa população, há um paradoxo quando olhamos para os desafios enfrentados por empreendedores(as) negros(as). A maioria inicia seus negócios como alternativa para aumentar a renda e fugir do desemprego ou mesmo galgar um caminho de mais sucesso, uma vez que o mercado de trabalho não oferece oportunidades promissoras. Nesse contexto, o apoio de amigos e familiares se configura como elemento motivador essencial ainda nos primeiros passos na jornada de empreender, que esbarra em diversas barreiras de cunhos emocional, político, social e econômico.

## A Questão Racial na História do Brasil

No Brasil, o fator racial define quem tem mais ou menos oportunidades. A tardia abolição da escravidão seguida pela inação do Estado em promover a integração de ex-escravizados(as) estão entre os fatores que contribuíram para o estabelecimento de dinâmicas racistas que impediram a população negra de ter acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia e qualificação profissional para ocupar um lugar no mercado de trabalho. As políticas afirmativas criadas entre os anos 1990 e 2000, conquistas resultantes do intenso ativismo do movimento negro brasileiro, possibilitaram que a população afrodescendente ocupasse ambientes como as universidades em maior número. Os avanços, entretanto, ainda esbarram nas deficiências do Estado, que continua estruturando uma engrenagem que exclui crianças, jovens, homens e mulheres negros(as) de sua lógica de desenvolvimento. Uma realidade expressa em diversas pesquisas e levantamentos, entre eles do IBGE que, em 2018, mostrou que negros (junção das categorias pretos e pardos do IBGE) são 75% entre os mais pobres enquanto brancos constituem 70% dos mais ricos. O racismo também se materializa nos números sobre a violência no Brasil. Pessoas negras, principalmente homens e jovens, são as maiores vítimas de homicídio no país. De acordo com o Atlas da Violência 2020, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no Brasil, são 63 mil jovens brasileiros mortos por ano, dos quais mais de 70% negros. As mulheres negras também estão no topo das estatísticas sobre feminicídio: 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre de 2020 no Brasil são negras. Quando o assunto é mercado de trabalho, mulheres pretas e pardas estão na base da desigualdade de renda no Brasil. Em 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que estão no topo da escala de melhor remuneração no país. É esse conjunto de opressões que aprofunda as desigualdades e impossibilita a ascensão da população negra. Nesse contexto, o ingresso ao mercado de trabalho assim como a possibilidade de capital para o desenvolvimento e investimento de negócios representam desafios cotidianos.

## Os Desafios dos Empreendedores Negros

Baixa autoestima e autoconhecimento, colaboração entre stakeholders, educação de baixa qualidade, falta de suporte para planejamento e restrições de acesso ao crédito. Estes são alguns dos desafios que empreendedores(as) negros(as) precisam enfrentar na hora de montar um negócio. Em uma sociedade racista, as desigualdades também perpassam o campo do empreendedorismo. Por isso, pensar estratégias que possibilitem a manutenção de negócios capitaneados por pessoas negras é um caminho para diminuir as taxas de desemprego e de violência no Brasil. Garantir mais acesso a diferentes formas de capital é uma alternativa que pode oferecer as condições necessárias para que esses empreendedores tenham maiores chances de planejar a médio e longo prazo os seus negócios. Nesse contexto, é preciso notar que o capital econômico, tão importante para atrair investimentos financeiros, não é o único elemento que se deve levar em consideração para analisar esse cenário. Há outros elementos também primordiais para garantir a longevidade do empreendedorismo negro no mercado. O capital social, que permite a empreendedores(as) a aproximação com redes e ecossistemas de apoio; o capital humano que possibilita o desenvolvimento pessoal (por exemplo, com capacitações); e o capital psicológico, que cria condições emocionais para a compreensão da importância de identificar-se como empreendedor(a) negro(a) e auxilia na superação de dificuldades, principalmente em momentos de crises.

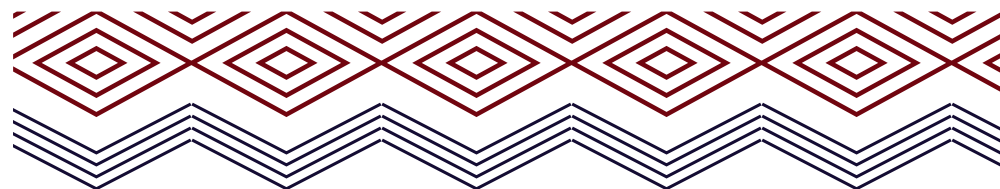
## Tecnologia e Inovação

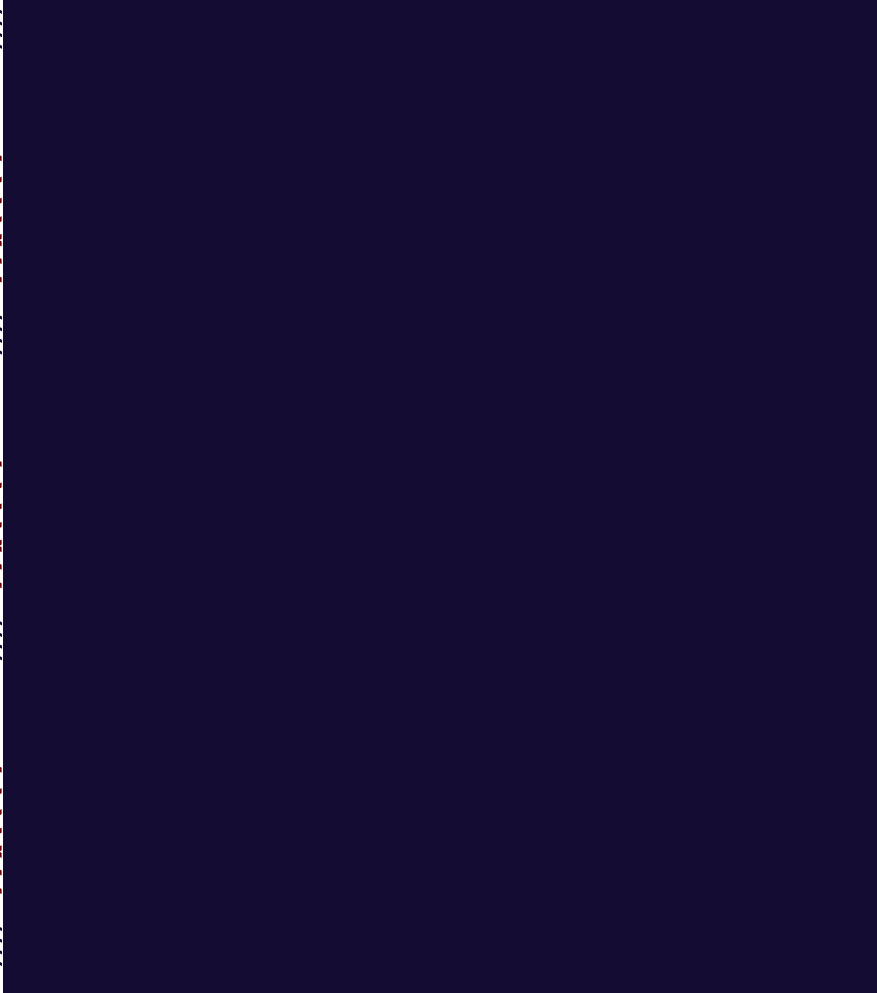
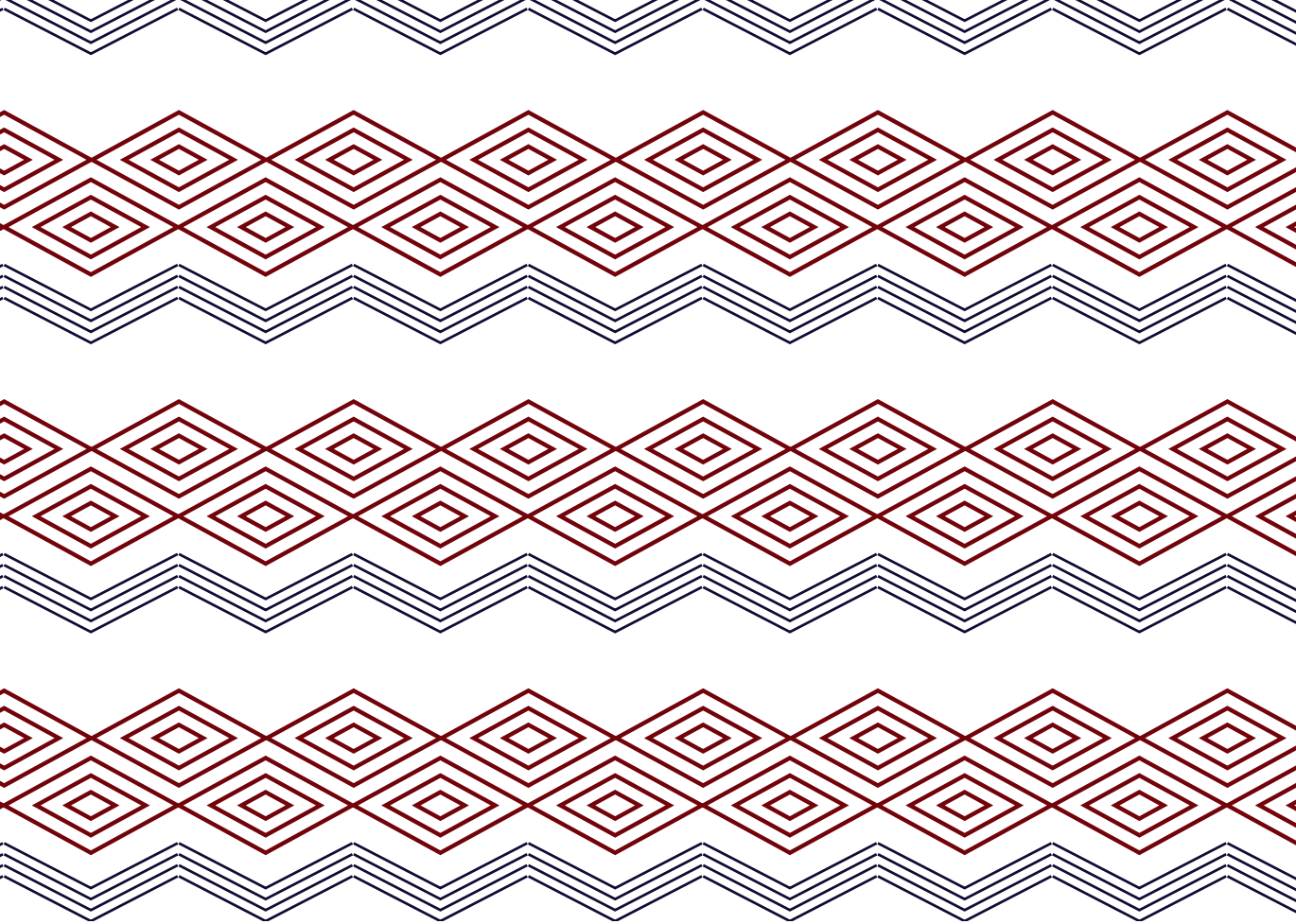
Apesar de ser uma das áreas que mais crescem no país, o campo das novas tecnologias ainda não está de portas abertas para o empreendedorismo negro. Um dos fatores que influenciam esse cenário é o abismo digital que inviabiliza o acesso a capacitações de qualidade nas áreas de inovação e tecnologia à população negra. A falta de recursos financeiros para investir em educação e em equipamentos como computadores e o limitado acesso às linhas de crédito para arcar com custos

iniciais são outros entraves que marcam a trajetória do empreendedorismo negro. Uma cadeia de adversidades resultantes das barreiras raciais, sociais, políticas e econômicas excluem afrodescendentes de atuarem com maior aparato tecnológico. As chances de superar essa condição de desigualdade só serão alcançadas por meio de ações ecossistêmicas de organizações privadas e públicas que garantam boas políticas públicas como educação de qualidade para todas as pessoas, gerando condições equânimes de desenvolvimento e acesso ao crédito para empreendedores(as) negros(as).

## Ecossistema de Empreendedorismo no Brasil

Ecossistemas empreendedores são redes de atores capazes de impulsionar empreendimentos e garantir sua sobrevivência. Compostos por um conjunto de agentes ou atores públicos e privados – empreendedores(as), investidores(as), organizações aceleradoras, instituições de ensino, organizações setoriais e do terceiro setor, fundações, institutos, Estado, e grandes empresas –, eles possibilitam que o empreendedor adquira conhecimentos técnicos e estratégicos e recursos financeiros para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos seus negócios.





## 2 INTRODUÇÃO

O Fórum Raça e Mercado surgiu de diálogos entre empreendedores(as) negros(as) e professores(as) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV EAESP. O objetivo foi produzir conhecimento sobre a temática do empreendedorismo negro a partir de encontros que gerassem aproximação, debate, network, ações conjuntas e disseminação de informação entre empreendedores(as), pesquisadores(as), empresas, organizações da sociedade civil, Estado e o público interessado em geral.

Cinco organizações foram responsáveis pela realização do Fórum Raça e Mercado: AfroBusiness; Diaspora.Black; Feira Preta; FGVcenn (Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios) e Coordenadoria de Diversidade da FGV EAESP. A iniciativa contou com recursos provindos da Visa, J.P. Morgan e Itaú.

## AfroBusiness

Liderado por Fernanda Leônico, o AfroBusiness tem o objetivo de criar mecanismos que promovam a integração entre empreendedores(as) e profissionais liberais, fortalecendo o processo de inclusão social e econômica da população negra. Seu foco está na inserção de negócios liderados por pessoas negras na cadeia de valor das grandes empresas. A prioridade do AfroBusiness é elevar a população negra a protagonista do processo de mudança com ações mais eficientes não apenas na inserção de pessoas negras no mercado, como também nas políticas de desenvolvimento de carreiras.

## Diaspora.Black

Diaspora.Black é uma empresa de tecnologia para venda de turismo e cultura negra cujo foco é “valorizar as identidades negras e experiências turísticas afrocentradas”. André Ribeiro, Antonio Pita, Carlos Humberto, Cintia Ramos e Rafael Bantu compõem uma rede global de pessoas que amam a cultura negra e buscam proporcionar experiências autênticas e inesquecíveis. A tecnologia é um elemento central para promover soluções de impacto social e criar novas conexões. Ao todo, 15 países, 145 cidades e uma rede de mais de 30 mil pessoas estão engajados neste negócio.

## Feira Preta

A Preta Hub é um Hub de criatividade e tendências vinculadas ao universo da cultura negra. Adriana Barbosa, sua fundadora, foi vencedora do Troféu Grão 2019, promovido pelo jornal Folha de S. Paulo. O negócio é resultado de uma série de atividades do Instituto Feira Preta no trabalho de mapeamento, capacitação técnica e criativa, aceleração e incubação do empreendedorismo negro no Brasil. Uma das iniciativas da Preta Hub é a tradicional Feira Preta que, em 2021, completa 20 anos de existência. Considerado o maior evento de cultura negra da América Latina, já recebeu 120 mil participantes, com mais de 700 expositores do Brasil e de outros países.

## FGVcenn

O Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios (FGVcenn) foi criado em junho de 2004, com a missão de ser um gerador de conhecimento em empreendedorismo no Brasil, construindo uma cultura empreendedora na Fundação Getúlio Vargas e contribuindo para impulsionar o ecossistema de empreendedorismo no país. O FGVcenn acredita que empreendedores(as) são agentes de transformação na sociedade e, por esta razão, procura incentivá-los(as), despertando seus potenciais criativos e inovadores, aperfeiçoando processos de negócios e a busca de oportunidades para aumentar as chances de êxito.

## Coordenadoria de Diversidade da FGV EAESP

A Coordenadoria de Diversidade tem como missão fomentar e valorizar a discussão sobre diversidade e inclusão dentro da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Desde a sua criação no ano de 2018, ela tem atuado em várias frentes no sentido de cumprir seu objetivo. Uma das principais atividades realizadas refere-se a oficinas de diversidade sobre as temáticas de gênero, raça, sexualidade e conflitos oferecidas para discentes e funcionários(as). A coordenadoria também estimula e apoia a realização de eventos e de projetos vinculados à temática de diversidade, além de auxiliar na atuação dos coletivos de estudantes.



## Fórum Raça e Mercado

O Fórum Raça e Mercado surgiu em um momento em que o empreendedorismo negro está crescendo e tem se mostrado como mais uma ferramenta de questionamento do status quo da sociedade brasileira. Esse crescimento não ocorre apenas pelo aumento da formalização de micro e pequenos empreendimentos de pessoas negras, como também pelo aumento de pessoas que se declaram negras.

Apesar de um grande potencial econômico, a população negra é discriminada no mercado de trabalho e apartada de oportunidades fundamentais para o desenvolvimento de negócios sustentáveis. De acordo com a pesquisa A Voz e a Vez – *Diversidade no Mercado de Consumo e Empreendedorismo*, realizada pelo Instituto Locomotiva em 2018<sup>1</sup>, os negros (soma das categorias utilizadas pelo IBGE de cor preta e parda) representam 56% da população brasileira e movimentam em torno de R\$ 1,7 trilhão na economia nacional. A mesma pesquisa também mostra que 29% dos(as) negros(as) que trabalham possuem seu negócio, totalizando 14 milhões de empreendedores que movimentam, aproximadamente, R\$ 359 bilhões em renda própria por ano.

Por outro lado, um levantamento do Instituto Ethos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>2</sup>, realizado em 2016, sinaliza que apesar de a maioria da população brasileira ser negra, apenas 4,7% dos afrodescendentes estão em postos de direção

e 6,3% em cargos de gerência nas 500 maiores corporações do Brasil. Quando se faz um recorte por gênero, a discrepância é ainda maior: as mulheres negras estão em apenas 0,4% dos cargos de direção e em 1,6% dos postos de gerência.

O racismo é um fenômeno social e histórico baseado em uma falsa hierarquia entre grupos raciais levando à alocação desigual de direitos, capitais, tratamento, estima e oportunidades entre indivíduos. A partir dessa lógica racista, a população negra tende a ser discriminada tornando-se vítima das várias formas de violência – física, simbólica, psicológica, sexual dentre outras – em relação à população branca, gerando desigualdade racial.

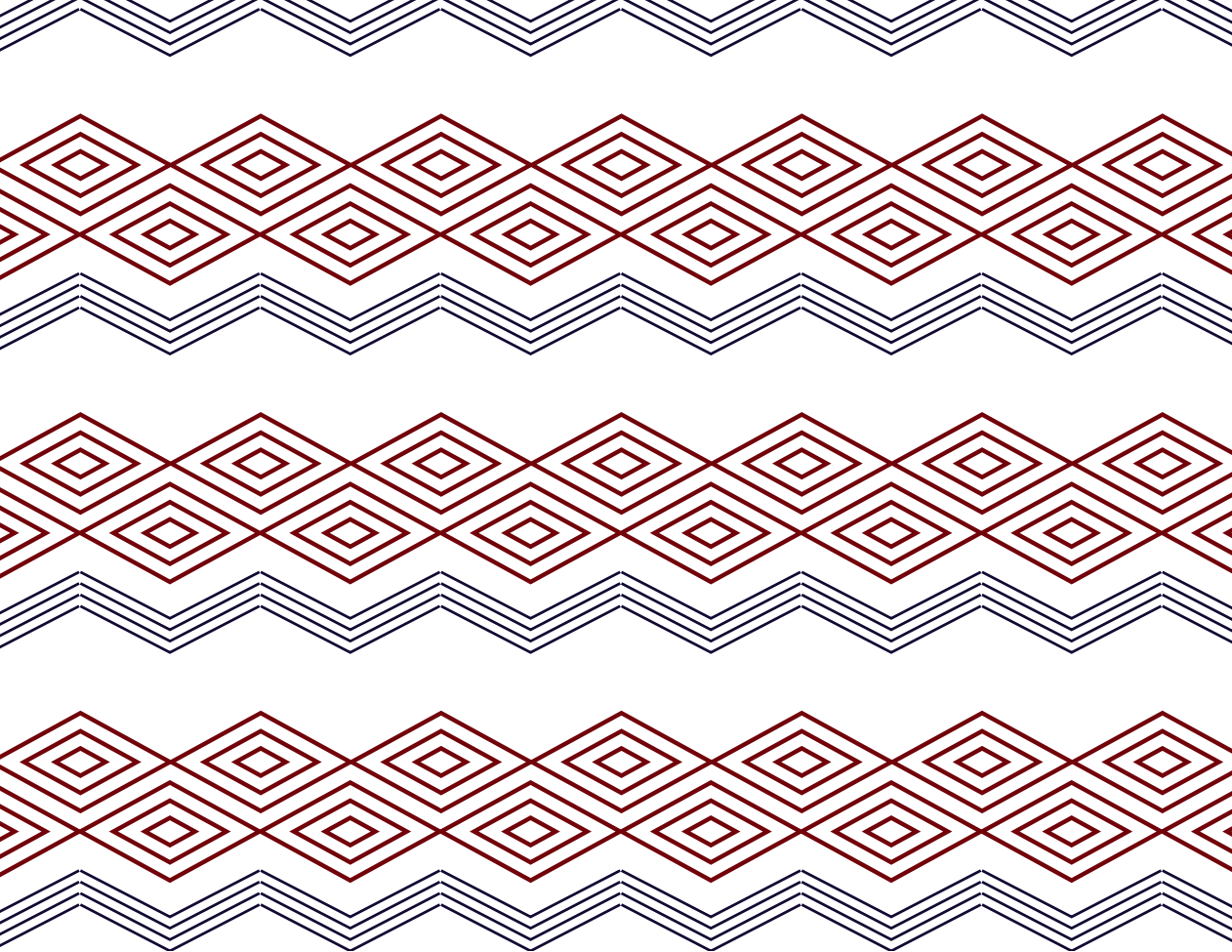
O desafio posto para a superação desse cenário de desigualdade exige uma análise sobre o contexto social e econômico brasileiro, as dificuldades existentes para a população negra dentro do mercado de trabalho, os principais atores envolvidos e as possibilidades de suplantação dos problemas atuais.

Nesse sentido, esta publicação apresenta uma sistematização de questões centrais e desafios para o desenvolvimento de um ecossistema de empreendedorismo negro mais robusto e que possa fazer frente aos desequilíbrios da sociedade brasileira.

<sup>1</sup> Esta pesquisa levantou dados do Instituto Locomotiva, dados públicos (PNAD/IBGE) e realizou um estudo primário junto aos públicos da Feira Preta.

<sup>2</sup> *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas*. Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento. São Paulo, 2016.





## **3** METODOLOGIA

Os dados e informações inseridos nesta publicação foram coletados e organizados a partir de relatórios que sumarizam diálogos e discussões ocorridas nos onze encontros temáticos realizados no Fórum Raça e Mercado entre maio de 2019 e dezembro de 2020<sup>3</sup>. Inicialmente os encontros eram presenciais, porém, devido à pandemia ocasionada pelo COVID-19, o formato remoto foi adotado.

A publicação vigente sistematiza as principais questões surgidas e discutidas nos encontros. Como complementação foram realizados levantamentos bibliográficos e inclusão de dados estatísticos com o objetivo de contextualizar os temas abordados e demonstrar a importância de criar boas práticas e redes de articulação para o empreendedorismo negro.

Na sequência é possível identificar as datas dos encontros, títulos e palestrantes convidados(as).

# 2019



# 2019

**13 DE MAIO**

Raça e Mercado:  
Uma transformação  
Econômica

**18 DE JUNHO**

O Papel do Governo  
e das Políticas Públicas  
no Desenvolvimento do  
Afro-Empreendedorismo

**04 DE OUTUBRO**

O Papel das Empresas  
no Processo de  
Equidade Racial

**14 DE NOVEMBRO**

Ecossistema do  
Afro-empendedorismo

**06 DE MARÇO**  
Tecnologia

**03 DE ABRIL**  
Impactos  
Econômicos, Sociais,  
Psicológicos  
Pós COVID-19

**13 DE MAIO**  
Ressignificação,  
Reinvenção e  
Retomada  
Pós COVID -19

**03 DE JUNHO**  
Impacto  
do Racismo  
no Mercado

**18 DE SETEMBRO**  
Empreendedorismo  
Pós Covid-19

**23 DE OUTUBRO**  
Apoio ao  
Empreendedorismo  
Negro

**04 DE DEZEMBRO**  
Retrospectiva Raça &  
Mercado e o Futuro do  
Ecossistema do  
Empreendedorismo Negro

# 2020



# 2020

<sup>3</sup> Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-empendedorismo-e-negocios-fgv-eaesp/projetos/raça-e-mercado-transformação-econômica>. Acesso em 08/03/2021

# Palestrantes

Adriana Barbosa, Feira Preta

Alex Macedo, UFRB

André Barrence, Google for Startups

Azor Barros, Estímulos

Breno Barlach, Plano CDE

Camila Novaes, Visa

Carlos Silva, WeUse

Carlos Machado, professor e escritor

Carlos Humberto, Diáspora.Black

Clélia Prestes, Instituto AMMA Psique e Negritude

Daniel Paz, Facebook

Daniel Teixeira, CEERT

Edgard Barki, FGV EAESP

Fernanda Leônico, AfroBusiness

Flávia Lima, Folha de S.Paulo

Gleicy Silva, UNICAMP

Gustavo Fernandes, FGV EAESP

Hebe Santos, Banco Itaú

Helena Monteiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo

Jandaraci Araújo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

Jaqueline Fernandes, Instituto Afrolatinas

Jefferson Mariano, IBGE

Jéssica Rios, Fundo Vox

João Victorino, Visa

José Zachi, GIFE

Juliana Martins, Movimento Black Money

Lara Borges, Desabafo Social

Laura Zellmeister, J.P. Morgan

Márcia Lima, USP

Márcio Macedo, FGV EAESP

Marcelo Paixão, The University of Texas at Austin

Maitê Lourenço, Black Rocks

Marina Bautista, Banco Itaú

Marta Celestino, Ebony English

Nana Baffour, Quintess

Neca Setubal, GIFE

Nelson Marconi, FGV EAESP

Noel Carvalho, UNICAMP

Pablo Leão, FGV EAESP

Patricia Ellen, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

Samuel Gomes, designer e escritor

Selma Moreira, Fundo Baobá

Sil Bahia, Olabi

Simara Conceição, Black Money e Diaspora.Black

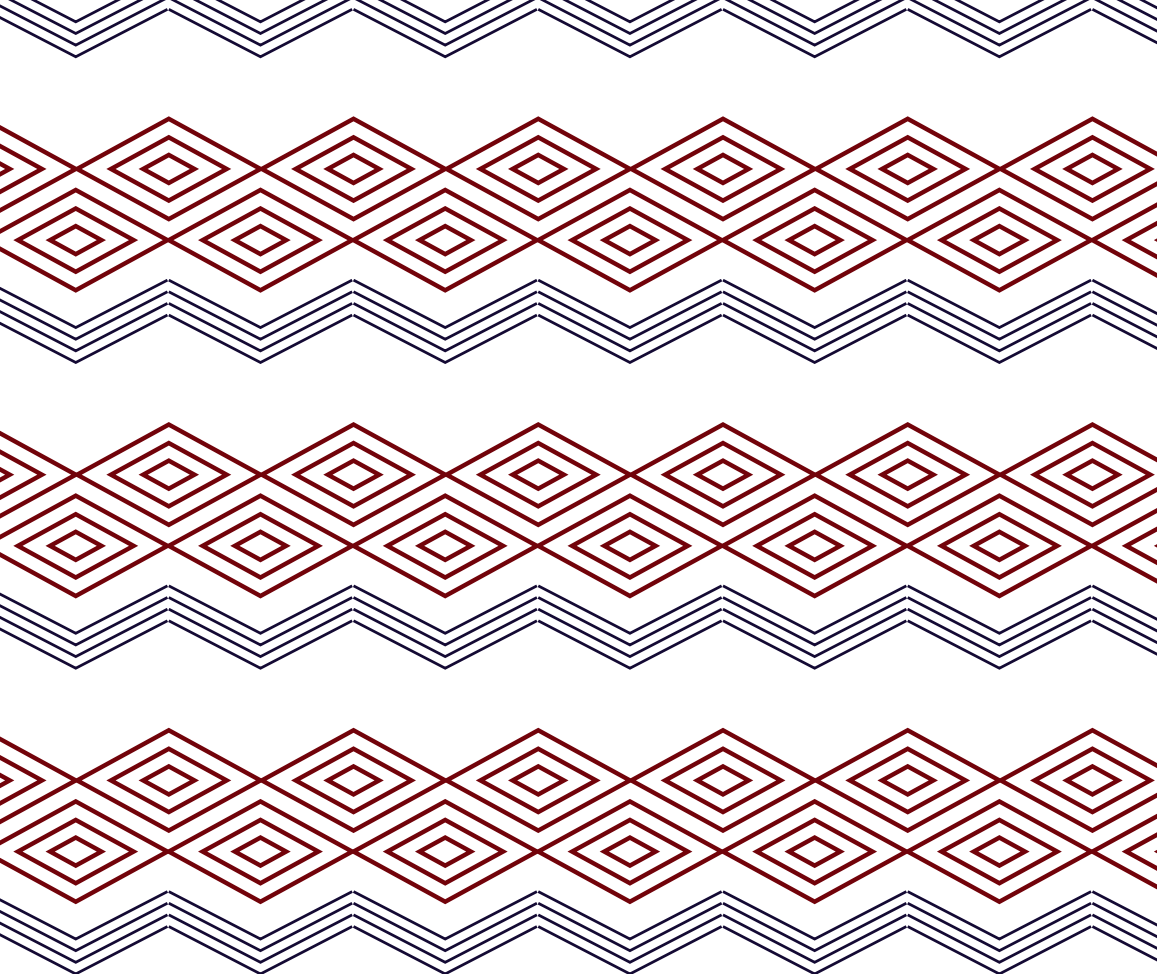
Rafael Bantu, Programa WASH-STEAM

Renato Meirelles, Instituto Locomotiva

Talita Santos, Outsiders

Thiago Rosário, Implicantes Cervejaria

Veronica Cook-Euell, Kent State University



# 4 A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

As dificuldades que empreendedores(as) negros(as) enfrentam para administrar seus negócios estão conectadas com eventos passados e fenômenos sociais contemporâneos que corroboraram a atual conjuntura política, social e econômica da população negra no Brasil. Compreender o histórico da questão racial no país é entender por que esse contingente da população necessita de amparo do Estado seja através da efetivação de legislações antirracistas, seja por meio de políticas públicas que visem a diminuição da desigualdade entre a população negra e a branca e que se orientem por lógicas de equidade racial.

O contexto do pós-abolição que teve início em 1888 foi marcado pela ausência de ações do Estado no sentido de integrar a população negra recém-libertada na sociedade brasileira. Negros(as) tiveram, do ponto de vista formal, a incorporação do status jurídico de cidadãos. Contudo, a igualdade formal não garantiu o acesso a direitos básicos como terras, moradia e inserção no mercado de trabalho assalariado.

A inação do Estado na Primeira República (1889-1930) dialoga com a mentalidade do racismo científico vigente no Brasil na segunda metade do século XIX. Nesse contexto, as raças eram entendidas como realidades biológicas e tinham o respaldo da ciência. Teorias deterministas do ponto de vista racial submetiam o indivíduo às características do seu grupo racial a partir de uma hierarquização, na qual negros e indígenas eram vistos como inferiores racialmente enquanto brancos eram tidos como superiores. A miscigenação ou mistura era interpretada como algo negativo e degenerescente, pois o produto do intercurso incorporaria as características da raça “inferior” (SCHWARCZ, 1996).

Diante desse contexto, a solução encontrada pelas elites brasileiras no sentido de viabilizar uma nação constituída majoritariamente por negros e mestiços passou pelo estímulo à imigração europeia de países cuja população era entendida como branca – Portugal, Espanha, Alemanha e Itália. Ainda houve a entrada minoritária de imigrantes japoneses e árabes, mas chineses tiveram a entrada proibida no país. Essa estratégia do Estado ficaria conhecida como “processo de branqueamento da nação” e pressupunha que o “estoque branco” de população de origem europeia

expurgaria o “estoque negro” de origem africana, já que este último tenderia ao desaparecimento devido a sua inferioridade.

A partir dessa lógica de inação do Estado, a população negra foi deixada à sua própria sorte no contexto do pós-abolição. Nos anos 1930, as análises deterministas e biológicas orientadas pela noção de raça passam a perder espaço e credibilidade no meio da intelectualidade brasileira. Nesse contexto, é a primazia da categoria cultura que possibilita uma mudança nas interpretações que viam a população negra como entrave à viabilidade da nação. O livro que marca essa virada é o clássico *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987).

O livro do sociólogo pernambucano apresenta uma análise da formação colonial do Brasil na qual a população de origem africana é entendida como responsável pela formação do país através da sua contribuição cultural que teria possibilitado a adaptação de portugueses no contexto do Novo Mundo. A obra também forjou um imaginário fantasioso de Brasil como país mestiço e harmonioso racialmente, fornecendo as bases da noção de democracia racial, ou seja, a representação de que seríamos uma nação destituída de problemas ou conflitos raciais (GUIMARÃES, 2012).

As organizações do movimento negro surgem a partir dos anos 1930 trazendo para o debate público o questionamento da ausência de políticas públicas do Estado visando integrar a população, o contexto de disputa por postos de trabalho em relação aos imigrantes e o questionamento da existência ou não de discriminação racial no país. Entre 1930 e 2000 houve, de forma genérica, cinco blocos de organizações negras que lançaram mão de múltiplas agendas e estratégias de mobilização na questão racial: Frente Negra Brasileira (FNB) entre 1930 e 1936; Teatro Experimental do Negro (TEN) entre 1945 e 1968; Movimento Negro Unificado surgido em 1978; Movimento de Mulheres Negras nos anos 1980 e Movimento de Juventude Negra nos anos 2000 (MACEDO, 2016; RIOS, 2012). Até a década de 1960 as duas organizações mais importantes do movimento negro foram a Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo de 1931 a 1936, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro de 1945 a 1968. A partir de contextos regionais e históricos diferentes, ambas fizeram a denúncia da marginalização social da população negra e da ausência de políticas públicas voltadas para esse grupo. Ao mesmo tempo,

as organizações negras também traziam a público a discussão sobre a existência de discriminação racial no Brasil em meio a um imaginário de democracia racial. Este negava a existência de racismo e afirmava que no Brasil a discriminação de classe seria mais importante que a racial, essa última um fenômeno circunscrito às atitudes individuais estranhas à nossa tradição de harmonia racial.

Esse imaginário começou a ser abalado a partir dos anos 1950 por meio de pesquisas sociológicas que consideraram as denúncias dos movimentos negros da existência de discriminação racial em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se nesse contexto uma série de investigações sobre relações raciais que ficariam conhecidas por Projeto Unesco, tendo sido patrocinadas por esse órgão da Organização das Nações Unidas (MAIO, 2000).

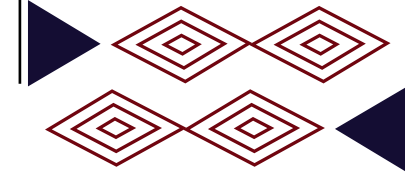
Contudo, foi a publicação de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), do sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995), que atacou frontalmente a noção de democracia racial interpretando-a como uma falácia para manter a dominação de negros por parte de brancos. Apesar de reconhecer a existência da discriminação racial no Brasil, Fernandes a entendia como um resquício de uma sociedade tradicional escravista e algo que tenderia ao desaparecimento com o estabelecimento pleno de uma sociedade moderna de classes capitalista na qual a racionalidade econômica não deixaria nenhum tipo de funcionalidade para discriminações orientadas por critérios raciais.

Os outros três blocos de organizações do movimento negro têm início no final dos anos 1970. O Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu em São Paulo em 1978 a partir da mobilização de jovens universitários(as), intelectuais e profissionais negros(as) que denunciavam o racismo, a violência policial, as desigualdades e discriminações no mercado de trabalho vivenciados pelas pessoas negras e a não existência da democracia racial. Esta última ideia, apesar de já desacreditada nos meios acadêmicos e em setores dos movimentos negros, havia sido disseminada como uma realidade pelo regime militar instaurado no país em 1964.

A atuação do MNU no período se deu em conjunto com outros movimentos sociais que tencionavam a ditadura militar. Pari passu a ação política dos movimentos negros ocorre também uma reconfiguração cultural da questão racial. Em 1960, houve uma mudança na forma como a identidade das pessoas negras no Brasil passou a ser pensada. Isso ocorreu devido a uma maior conexão com as lutas políticas e manifestações culturais de populações negras do continente africano, do Caribe e, principalmente, dos Estados Unidos.

Nesse processo surge uma forma de pensar a questão racial e as manifestações negras dentro de uma perspectiva que extrapolaria as fronteiras nacionais e cujo principal vínculo seriam as culturas negras e as mobilizações políticas contra o racismo e o colonialismo. Assim sendo, a população negra passa a se pensar vinculada a uma experiência afro-diaspórica que envolve olhar para os diferentes contextos nacionais nos quais ela estava inserida a partir de uma noção de irmandade e solidariedade racial. A partir dessa perspectiva, seria legítimo estabelecer conexões entre os Movimentos Pelos Direitos Civis nos Estados Unidos nos anos 1960, o processo de libertação das colônias africanas e no Caribe nos anos 1970 assim como a musicalidade provinda do soul norte-americano, do reggae jamaicano e afro-beat africano e várias manifestações de culturas negras ao redor do mundo.

No Brasil das décadas de 1960 e 1970 surge o Movimento Black Soul entre a juventude negra de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, frequentadora dos bailes nos quais dançam ao ritmo de soul americano. Em Salvador surgem nos anos 1970 os blocos afros – como Ilê Aiyê e Olodum – que reconfiguram o carnaval soteropolitano. Em São Luís, na mesma década, tem início uma cena de reggae que levaria a capital maranhense a ser reconhecida como sede do gênero musical jamaicano no Brasil. Também ocorre uma resignificação de manifestações culturais e religiões negras em um processo que ficaria conhecido no candomblé como reafricanização. Em suma, as culturas negras passam a servir como recurso político e identitário no processo de mobilização negra.



Concomitante a esses fenômenos, o movimento negro se filia a um projeto de nação que se afasta do ideal de mestiçagem vigente na noção de democracia racial, fruto da síntese de três culturas (branca, negra e indígena), e se aproxima da ideia de uma perspectiva multiculturalista. De acordo com a definição do crítico cultural Stuart Hall (2003: 52):

Multicultural é um termo qualitativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo que retêm algo de sua identidade “original”.

Seguindo a perspectiva teórica de Hall, em uma sociedade multicultural as diferenças culturais existentes entre os vários grupos que a compõem devem ser reconhecidas e consideradas na forma como o Estado gesta a sua população e elabora políticas públicas.

O novo projeto de nação, elaborado após o período de ditadura militar e alinhado principalmente às ações articuladas pelo movimento negro a partir de uma orientação multicultural, abriu o caminho para discussões sobre racismo evitadas ou feitas de forma circunstancial anteriormente. Ainda nos anos 1970, novas produções acadêmicas recolocam, em sintonia com os argumentos do movimento negro, a discussão sobre a funcionalidade da raça e da discriminação racial dentro de um processo racista de distribuição desigual de recursos. Em 1979 é publicado o livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* do sociólogo Carlos Hasenbalg (1942-2014). Nessa obra, o pesquisador questiona a tese de Fernandes de que a discriminação racial no Brasil seria um resquício do passado escravista e mostra sua eficácia e funcionalidade dentro de uma dinâmica de racionalidade econômica capitalista.

Esse novo projeto de nação focado no multiculturalismo e na denúncia das desigualdades raciais irá se refletir na Constituição Federal de 1988, que declara o racismo como crime e também fornece as bases jurídicas para a implementação futura de políticas públicas que se orientem pelo reconhecimento cultural da população negra. Exemplos são as políticas de reconhecimento de terras de

remanescentes de quilombos e as ações afirmativas vistas na forma de cotas para negros no ensino superior público.

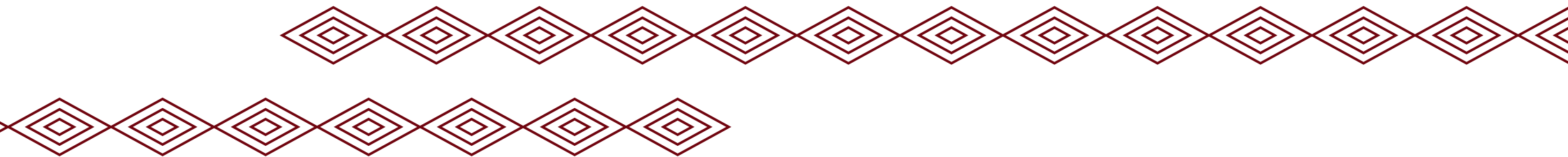
Nos anos 1980, surge o movimento de mulheres negras através de organizações que vão pautar questões relativas à intersecção entre raça e gênero como saúde da mulher negra, direitos reprodutivos, violência de gênero e acesso a creches. Dos anos 1990 em diante o movimento de mulheres negras irá se organizar em Organizações não Governamentais (ONGs) com financiamento de fundações internacionais e terá um papel importante na formação de um ativismo negro profissional e conectado com agendas globais, além de realizar advocacy da problemática racial junto ao Estado e na sociedade civil.

Entre as décadas de 1990 e 2000 toma força o debate sobre o consumo da população negra em articulação com os temas de desigualdades raciais no mercado de trabalho e políticas de diversidade. Novamente inspirados nos movimentos de luta pelos direitos civis da população negra norte-americana e nos debates sobre mecanismos de reparação social na África do Sul pós apartheid, as reivindicações por ações afirmativas dariam novos contornos à luta política contra as desigualdades sociais no país. As principais políticas afirmativas e que alcançaram maior destaque na imprensa da época foram as relacionadas ao acesso de pessoas negras ao ensino superior público.

Na virada dos anos 2000, o Brasil vivenciou a ampliação da articulação entre Estado e movimentos sociais, a implementação das primeiras políticas afirmativas e um sensível crescimento econômico. Esse momento representa uma mudança de lugar social para diferentes atores políticos que passam a se constituir enquanto novos sujeitos de direitos (LIMA, 2010).

Ainda vale ressaltar que é no contexto dos anos 2000, com a expansão do ensino superior público e privado no país e uma inserção maior de jovens negros(as) nessas instituições, que emerge o movimento de juventude negra. Esse movimento foi responsável por trazer para o debate público questões relativas ao acesso à educação e cultura por jovens negros(as) e a problemática da violência (estatal e de mortes





violentas por armas de fogo) que afeta majoritariamente jovens pobres e negros moradores de bairros periféricos (LIMA, 2015). Nos anos 2010, em articulação com movimentos culturais como o hip-hop, o movimento de juventude negra reuniu parte das suas demandas a partir do bordão utilizado por algumas organizações como “Genocídio da Juventude Negra”.

A seguir, discutimos alguns dados produzidos pelo IBGE na pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”<sup>4</sup> (2019) que ajudam na compreensão do contexto em que a população negra está inserida e como isso afeta no empreendedorismo negro.

## Educação

O resultado das ações afirmativas defendidas por organizações de movimento negro gerou uma mudança significativa no perfil das universidades públicas do país. Essas instituições são responsáveis por formar profissionais qualificados para ocupar posições estratégicas no mercado, Estado e também no desenvolvimento de novos negócios.

Historicamente o ambiente universitário público e privado foi majoritariamente ocupado por pessoas brancas. As políticas públicas educacionais do início dos anos 2000 possibilitaram a ocorrência de mudanças significativas nesse universo.

<sup>4</sup>Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 05/08/2021.

Em 2018, como consequência dessas ações, estudantes pretos e pardos passaram a compor 50,3% das vagas nas instituições de ensino superior da rede pública do país (IBGE, 2019). Esta mudança de cenário teve início a partir da implementação e da institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos(as) negros(as), indígenas e oriundos de escola pública.

No entanto, as dificuldades que a população negra enfrenta no campo da educação são anteriores ao ensino superior. Dados de 2019 do IBGE demonstram que 38,2% da população negra não consegue concluir o ensino médio. Ainda segundo o mesmo levantamento, a população negra apresenta as maiores taxas de analfabetismo e tem menos tempo de escolarização. Este cenário tem grande impacto nas dinâmicas do empreendedorismo negro no Brasil.

## Renda

No Brasil, são inúmeras as dificuldades para empreender, mas para a população negra essa ação demanda esforços maiores do que os exigidos de um(a) empreendedor(a) branco(a). Para iniciar um empreendimento é necessário recurso inicial, ainda que pequeno. Contudo, a probabilidade de uma pessoa negra ter rendimento mensal domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza é aproximadamente duas vezes maior do que uma pessoa branca, conforme gráfico 1.

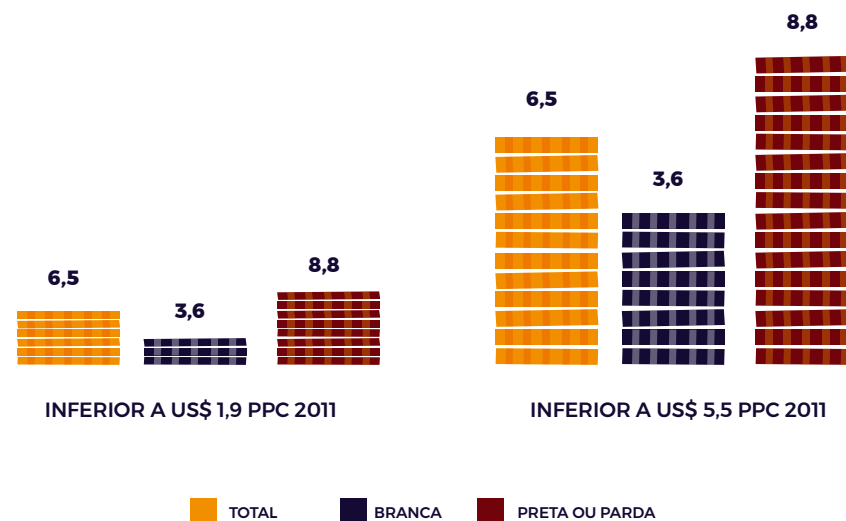
O fato de pessoas brancas ganharem mais do que as negras também se estende para quem vive acima da linha da pobreza. Ainda de acordo com o gráfico 2, quanto maior

<sup>5</sup> Idem 14.

o grau de escolaridade, maior será a desvantagem de renda entre pessoas brancas e negras. A diferença entre os recebimentos de uma pessoa branca, comparada com uma pessoa negra, é de R\$ 2,00/hora quando o grau de escolaridade é baixo (sem instrução ou fundamental incompleto) aumentando para R\$ 10,10/hora para aqueles com ensino superior completo.

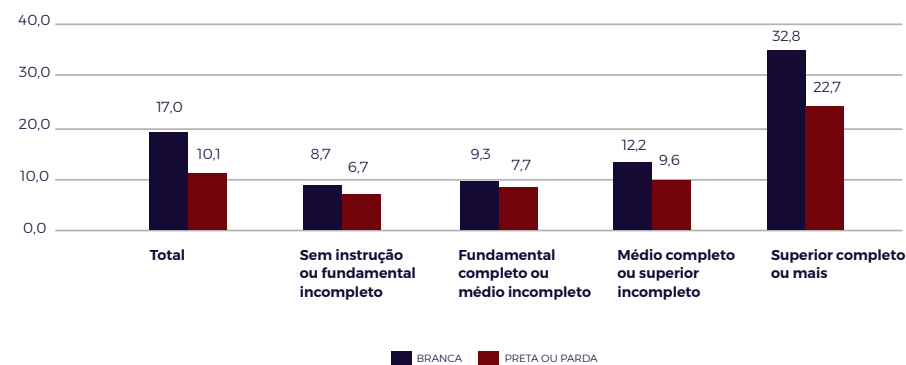
A desigualdade racial contida na distribuição de renda também atinge as condições de moradia. Segundo dados do IBGE há mais pessoas negras residindo em aglomerados subnormais do que pessoas brancas. No município de São Paulo, por exemplo, 18,7% dos moradores nessa condição são representados por pessoas negras, enquanto que este percentual cai para 7,3% para pessoas brancas. No município do Rio de Janeiro esta diferença é ainda maior: 30,5% são pessoas negras e 14,3% são pessoas brancas (IBGE, 2019). Por conseguinte, condições de moradia inadequadas acabam por dificultar o acesso à saneamento básico ampliando a desigualdade racial. Dados contidos no gráfico 3 demonstram que há maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019: 5).

## GRÁFICO 01 - Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.  
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

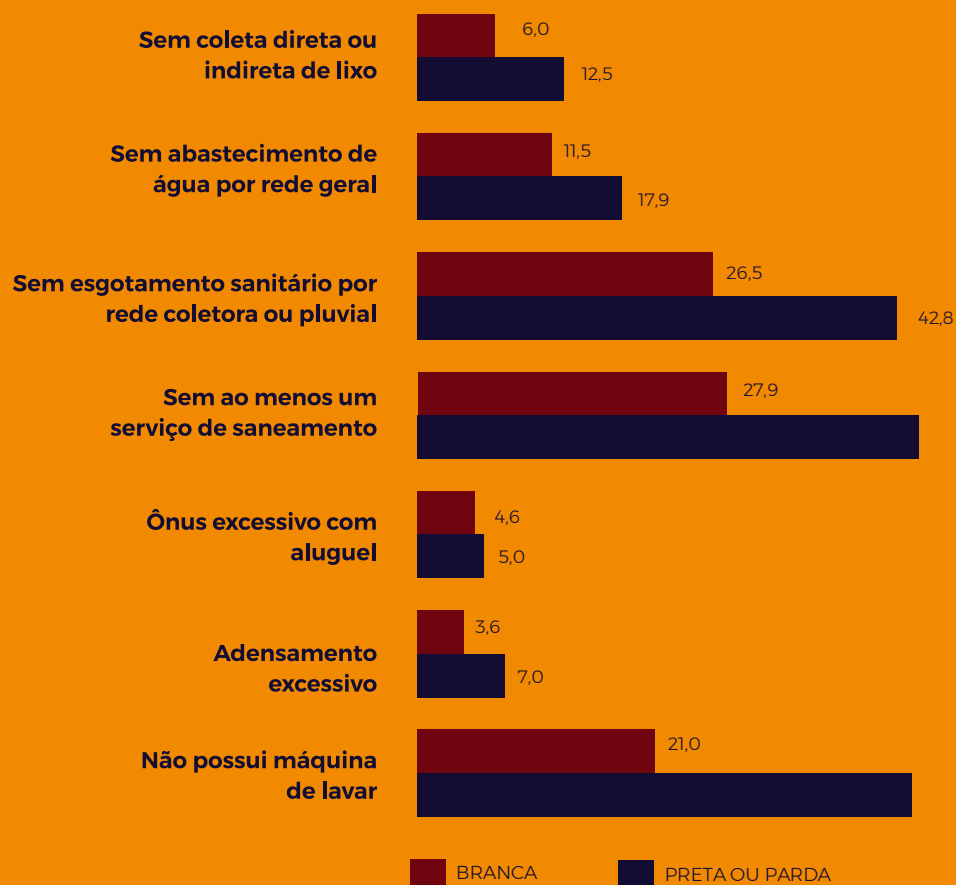
## GRÁFICO 02 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.  
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.  
2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA calculado pelo IBGE

**GRÁFICO 03 - Pessoas residindo em domicílios sem acesso a serviços de saneamento, com inadequações domiciliares e posse de bens (%)**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

## Mercado de Trabalho

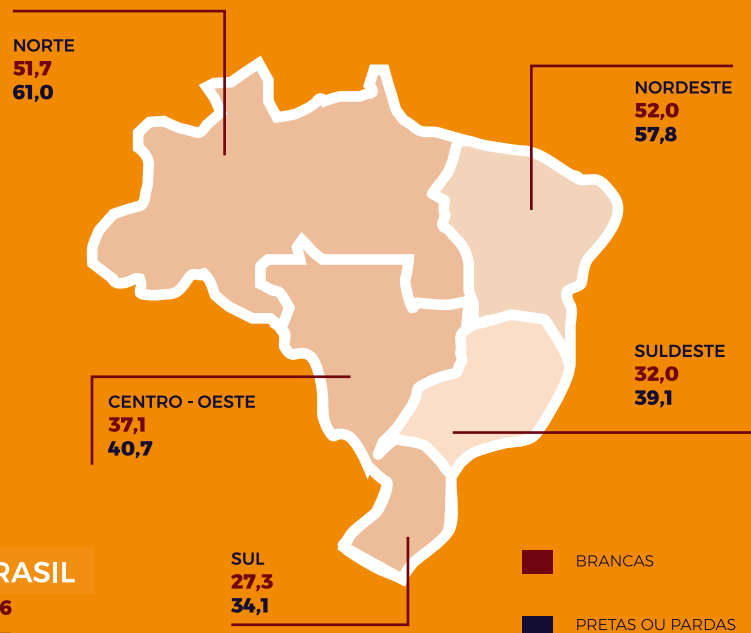
Dificuldade de acesso ao ensino, vulnerabilidade social, maior exposição à violência e condições de vida precárias são fatores que impedem a entrada de pessoas negras no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE (2019) apresentados no gráfico 04, a maioria das pessoas em situação informal de emprego é negra (47,3%), independente da região ou sexo. Em geral, pessoas negras ganham menos que pessoas brancas tanto em ocupações formais como informais. Conforme dados presentes no gráfico 05, em média, para trabalhos informais essa diferença é de R\$ 764,00 chegando a até R\$ 1.200,00 em trabalhos formais

É nesse novo contexto, repleto de novas possibilidades, que a ideia de empreendedorismo negro tem ganhado cada vez mais importância na promoção da consciência e da autoestima da população negra no país. O empreendedorismo negro permite que esses atores fortaleçam a sua comunidade no plano econômico com projetos marcados pela potência e criatividade da comunidade negra.

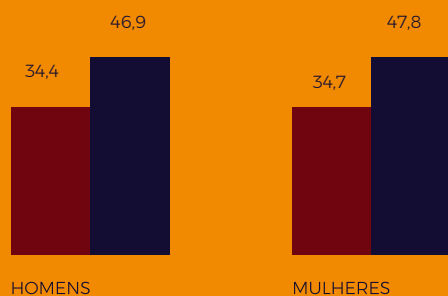
<sup>6</sup> "Agglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação." Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e> Acessado em: 03/09/2021

## GRÁFICO 04 - Pessoas em ocupações informais (%)

### Grandes Regiões

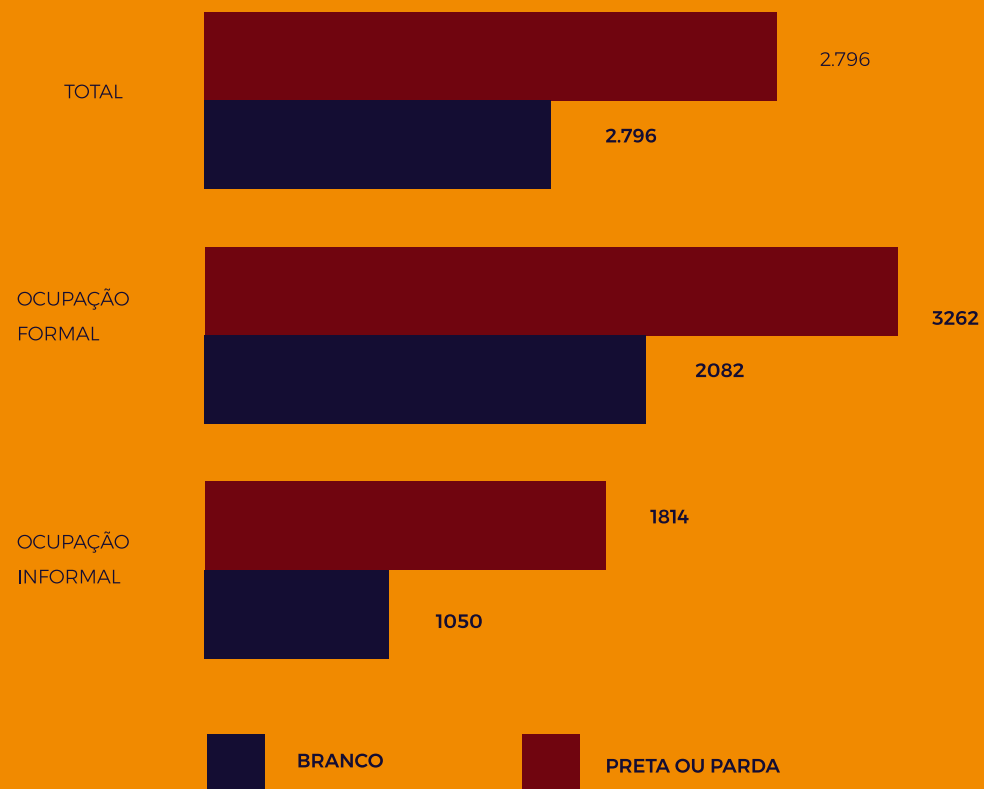


### SEXO

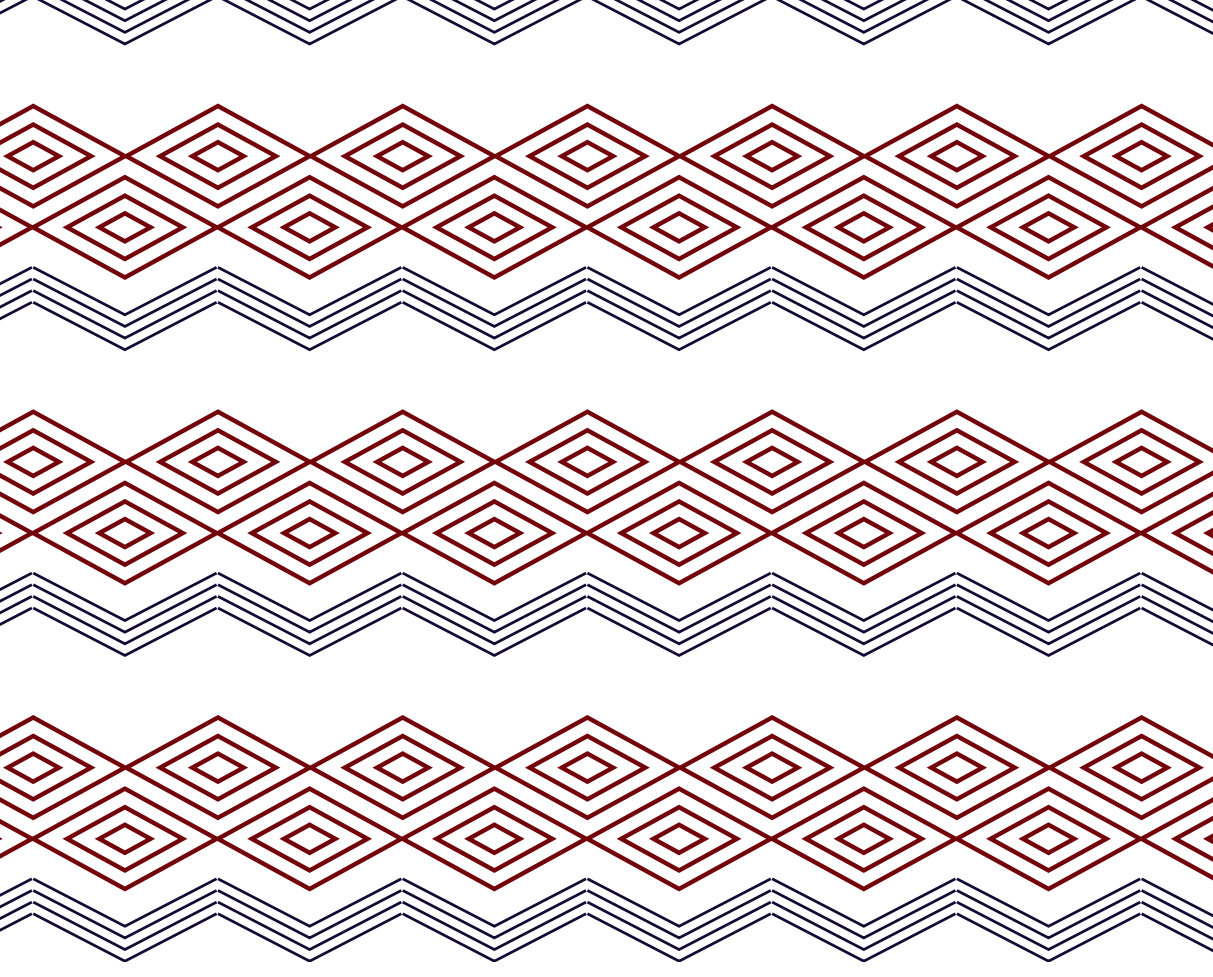


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.  
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

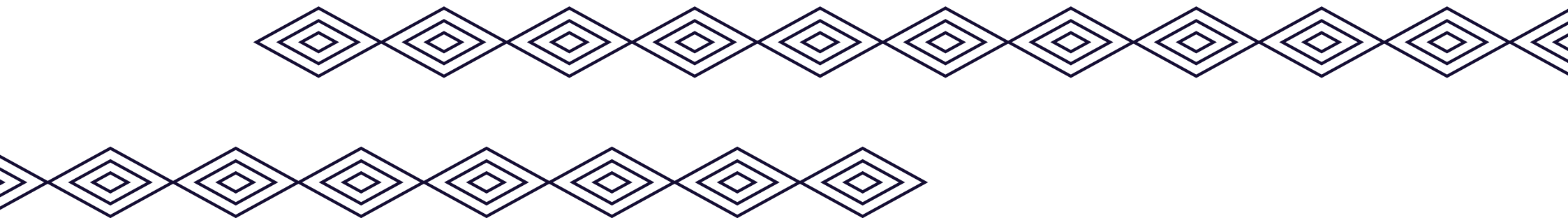
## GRÁFICO 05 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



# 5 A CULTURA NEGRA



A cultura negra é um recurso simbólico e material responsável por fornecer uma série de elementos importantes para a elaboração dos negócios do universo do empreendedorismo negro. Na sua dimensão simbólica ela se apresenta como representações e ideias associadas à população negra e sua história que podem ser utilizadas na elaboração de negócios. Na sua dimensão material, a cultura negra possibilita que essas ideias presentes na dimensão simbólica tomem concretude através de práticas e objetos identificados como pertencentes ao universo negro por empreendedores(as) e consumidores(as) negros(as) posicionando-os politicamente a partir da agência econômica.

Nesse sentido, a cultura negra nas suas mais diversas manifestações possibilita uma articulação entre política e economia. Para a antropóloga Gleicy Silva (2018: 11):

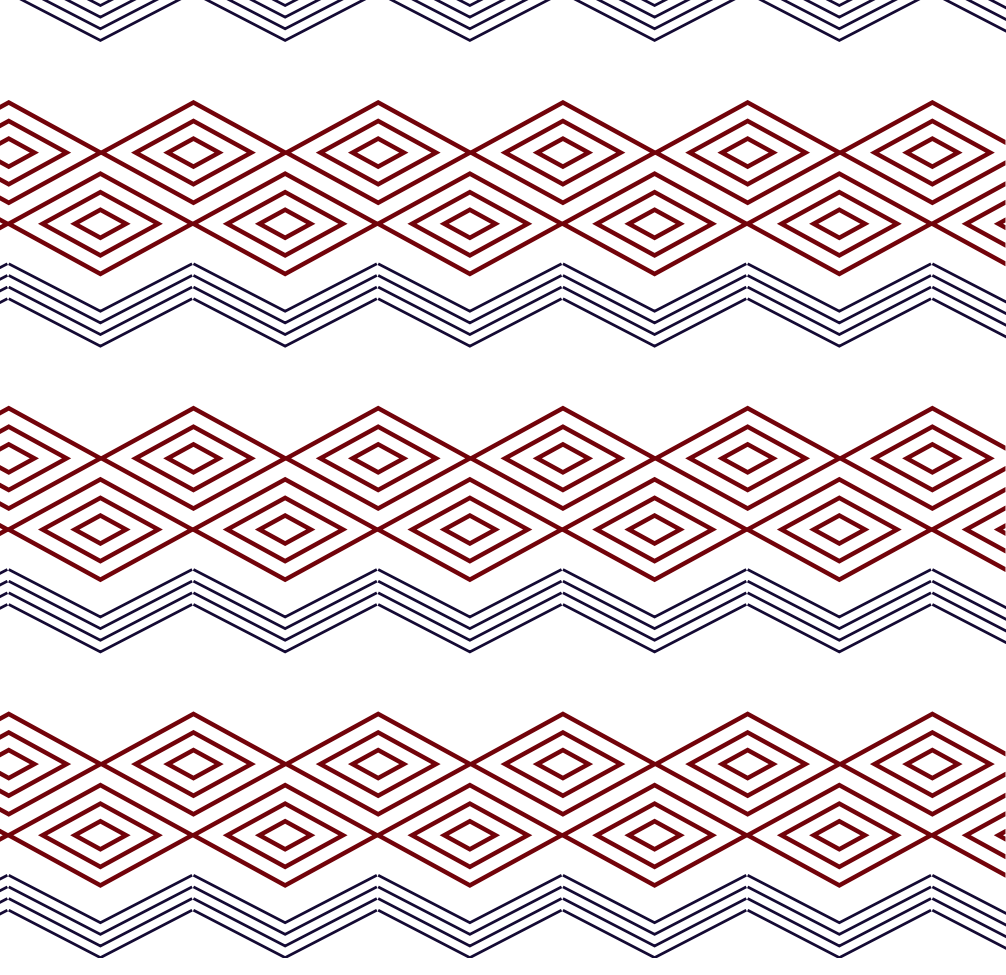
Os debates acadêmicos da antropologia contemporânea situam esta investigação entre dois escopos de indagações: (1) a dimensão identitária das práticas econômicas, que nos permite atentar para o mercado e o uso dos objetos como formas de expressão das identidades; e (2) a dimensão estratégica da cultura que, no mundo contemporâneo, passa a ser utilizada por empresas, organizações transnacionais, setores do poder público e da sociedade civil, para atingir fins econômicos.

As manifestações da cultura negra no Brasil e no mundo ganham expressão e

alcançam todas as esferas da vida cotidiana. É dessa maneira que a criatividade de empreendedores(as) negros(as) tem sido um elemento importante na forma como mobilizações sociais e políticas são articuladas dentro de um contexto empreendedor no qual a inclusão social pelo mercado é entendida como uma forma de questionamento e/ou ampliação dos direitos da população negra.

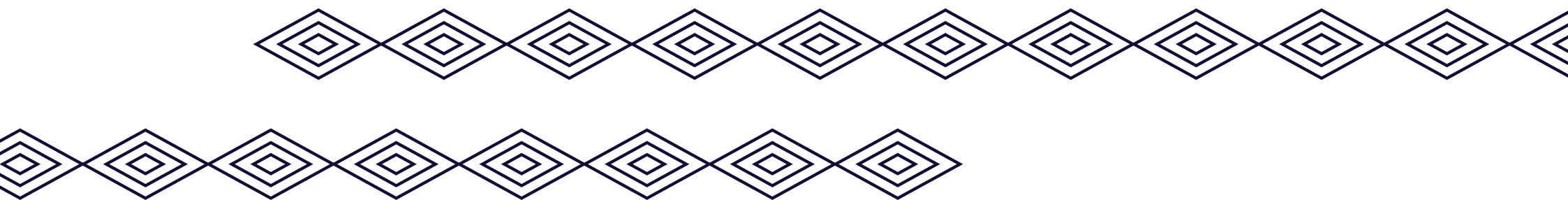
Dois exemplos de negócios estruturados se utilizando de elementos da cultura negra podem evidenciar ainda mais esse movimento de articulação entre política, cultura e mercado. Em um dos encontros organizados pelo Fórum, tivemos a exposição de dois empreendedores negros que claramente fazem de seus negócios uma forma de posicionamento político e afirmação racial: uma escola de inglês cujo método de ensino é organizado em torno de elementos da cultura negra – considerando até mesmo o nome da escola que faz referência à maneira como afro-americanos falam inglês – e uma marca de cerveja artesanal cujo nome é uma frase de enfrentamento ao racismo.

Esses são bons exemplos de como a cultura pode ser entendida e utilizada como um recurso simbólico – por fornecer representações e ideias associadas à população negra, sua história e sua luta por equidade – e material por possibilitar que essas ideias tomem existência concreta, movimentando uma rede de conexões e permitindo que mercadorias e serviços sejam consumidos como forma de posicionamento político.



# 6 DEFINIÇÃO DE EMPREENDEDORISMO NEGRO





Segundo o portal do SEBRAE <sup>7</sup>, o empreendedorismo se configura na capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. O empreendimento pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gera mudanças reais e causa impacto no cotidiano das pessoas.

É preciso compreender o que é o empreendedorismo negro e como ele pode ser um fenômeno potente de transformação social e econômica da população negra. Atualmente, grande parte dos(as) empreendedores(as) negros(as) desejam crescer e expandir seus negócios, como forma de aumentar sua renda. Dada a maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e o fato que historicamente negros tendem a ganhar menos do que brancos, empreender tem sido uma forma de ampliação da renda. O termo “empreendedorismo negro” foi incorporado pelo Raça e Mercado com o intuito de uniformizar a comunicação e o entendimento enquanto conceito. Contudo, é possível encontrar o uso corrente de outros termos análogos como “empreendedorismo afro-brasileiro” ou “afro empreendedorismo” (NOGUEIRA, 2013). É possível pensar no empreendedorismo negro sob duas perspectivas: 1. negócios

criados e/ou geridos majoritariamente por pessoas negras ou 2. negócios cujos produtos e/ou serviços são destinados à população negra. Nesta publicação trabalhamos basicamente com a primeira perspectiva e com a centralidade na figura de empreendedores(as) negros(as).

Para entender mais o perfil desses empreendedores no Brasil, foi encomendado pelo PretaHub, com apoio do J.P. Morgan, uma pesquisa realizada pelo Plano CDE, intitulada “Empreendedorismo Negro no Brasil” <sup>8</sup>. O levantamento teve uma amostra de 1.220 pessoas (918 negros e 302 brancos) de todas as classes sociais, entre 18 e 70 anos e que moram em diferentes localidades do país. O estudo foi realizado entre julho e setembro de 2019. No quadro a seguir, pode-se observar o perfil das pessoas que responderam à pesquisa. No geral, a maioria do público se identifica como mulheres de cor parda entre os 30 e 39 anos.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo/>. Acesso em 05/08/2021

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.planocde.com.br/site2018/wp-content/uploads/2020/05/PlanoCDE-FeiraPreta-JPMorgan.pdf>. Acesso em 03/09/2021

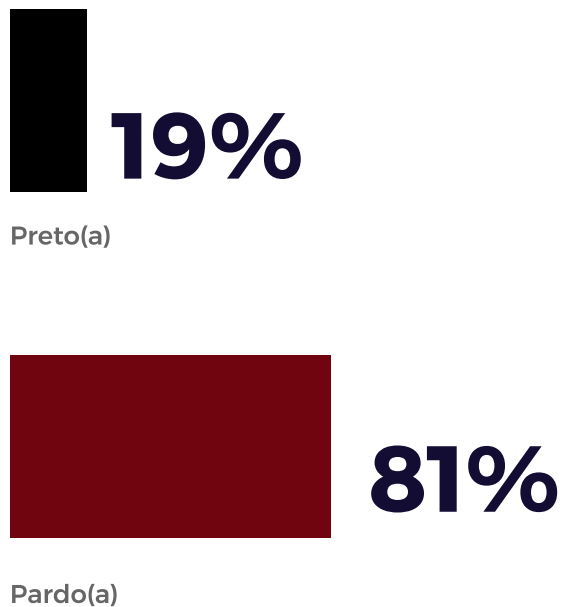


## GRÁFICO 06 - PRINCIPAIS DESCOBERTAS



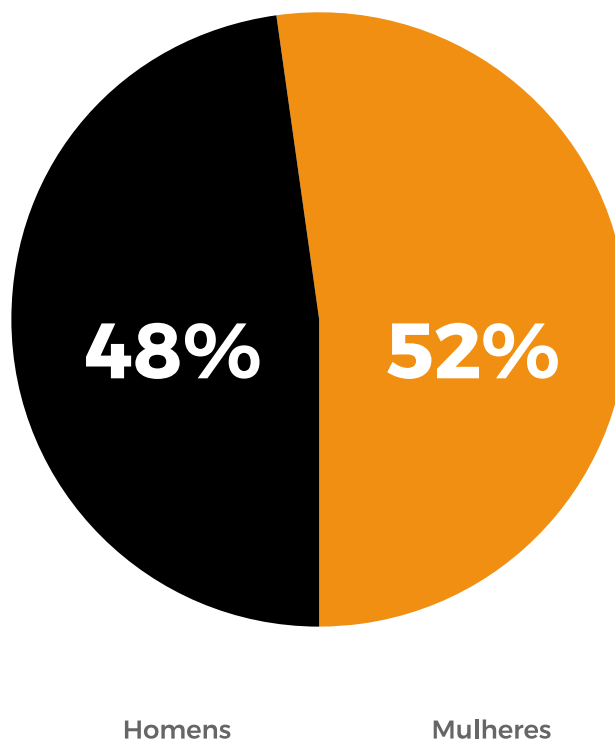
### IDENTIFICAÇÃO RACIAL

Distribuição de entrevistados por identificação racial



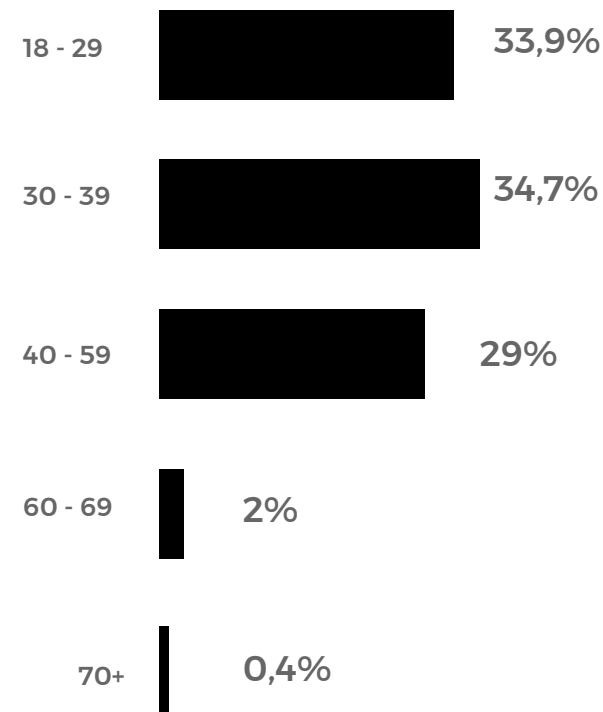
### DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO

Há equilíbrio entre homens e mulheres



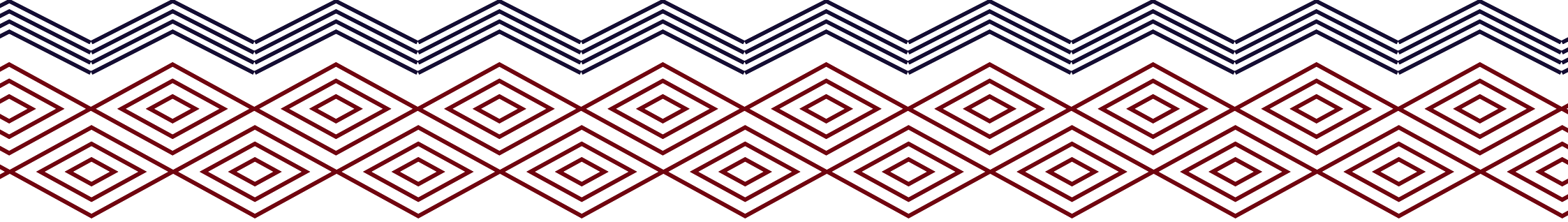
### IDENTIFICAÇÃO POR IDADE

Maioria dos empregadores têm até 40 anos



Fonte: Pesquisa Plano CDE/ Preta Hub/ JPMorgan (2019).





Os respondentes estão distribuídos em todas as regiões do Brasil: 40% localizados no Sudeste; 31% no Nordeste; 12% no Centro-oeste; 11% no Norte; e 6% no Sul. A pesquisa aponta que 52% são mulheres e 60% possuem renda familiar abaixo de R\$ 5 mil. Mesmo lidando com os mais diversos desafios, 72% consideram que abrir um negócio próprio é mais vantajoso do que estar no mercado de trabalho.

A pesquisa constata que empreendedores distantes de um ecossistema de apoio ao empreendedorismo têm dificuldade de se reconhecer como “afro-empendedor” ou “empendedor negro”. Na pesquisa foram identificadas duas prováveis causas para a dificuldade em engajar novos atores para o ecossistema do empreendedorismo negro – a identidade e a educação. Quando falamos de identidade como uma barreira ao desenvolvimento do empreendedorismo negro, estamos nos referindo à dificuldade do(a) empendedor(a) negro(a) de se reconhecer não somente como um indivíduo negro, mas também como empendedor.

O reconhecimento como pessoa negra está calcado em questões mais profundas e impacta não somente na forma como o indivíduo se vê, mas também afeta a sua capacidade de valorizar produtos e serviços de um(a) empendedor(a) negro(a). O não reconhecimento ocorre também quando o empendedor resiste em se declarar como pessoa negra. As razões para isso são: receio de que tal

posicionamento passe uma imagem de segmentação, ou seja, que seus produtos e serviços sejam vistos como exclusivos a um determinado público, pois há uma ideia meritocrática de que seu produto merece ser valorizado independente da sua raça.

Ainda segundo a pesquisa, empreendedores(as) negros(as) foram classificados em três perfis: 1. Necessidade; 2. Vocação; 3. Engajados.

Na categoria Necessidade (34%), estão aqueles cuja motivação para entrar no mundo dos negócios se deu pela necessidade de ter uma renda; familiares e amigos são seus maiores incentivadores. Neste grupo, 46% iniciaram seus empreendimentos devido à falta de emprego e 83% não possuem parceiros ou funcionários.

Os empreendedores por vocação representam 35% da amostra. Aproximadamente metade desse grupo (51%) afirma que sempre quis ter o próprio negócio; 95% desejam ampliar o seu negócio em um ano e 85% notaram o crescimento de suas rendas.

Os que se encaixam no perfil de engajados representam 22% da amostra. Esse perfil tem o desejo de empreender, muitas vezes somado à vontade de exercer atividade autoafirmativa, voltada para o público negro. A ação ou o ato de empreender é entendido por esses indivíduos como um processo de enfrentamento da discriminação e oportunidade de trabalho.



## FIGURA 01 - Necessidade

Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e desemprego



A decisão de iniciar o negócio passa pelo incentivo de familiares e amigos, que muitas vezes são parceiros de trabalho



A principal barreira consiste na falta de autopercepção como empreendedor



# 46%

empreendem por falta de emprego

# 83%

não tem funcionários ou parceiros

Fonte: Pesquisa Plano CDE/ Preta Hub/ J.P.Morgan (2019).



## FIGURA 02 - Vocação

Familiaridade com a atividade e desejo de ser autônomo, às vezes somados a dificuldades em se adequar no mercado de trabalho



Necessidade de mostrar valor independente da raça, dissociando o próprio trabalho como empreendedor de luta contra o racismo



Sonho e percepção de oportunidade



# 51%

sempre quiseram empreender

# 95%

quer evoluir o seu negócio e ampliar a empresa em um ano

# 85%

viu sua renda evoluir

Fonte: Pesquisa Plano CDE/ Preta Hub/ J.P. Morgan (2019).

Esses profissionais se sobressaem pela autodenominação como empreendedores(as) negros(as), com destaque para o fato de que 31% deles acreditam que sua maior qualidade é a articulação de sua cultura e dos seus produtos e 29% trabalham em rede com parceiros e priorizam outros negros.

No entanto, independente dos motivos pelos quais uma pessoa negra iniciou um empreendimento, as dificuldades de manter seus negócios são convergentes. Na próxima seção serão apresentados os desafios de empreendedores(as) negros(as) com o objetivo de compreender este contexto pouco favorável e quais seriam as possíveis soluções.

### FIGURA 03 - Engajado

Identificação com a atividade, prazer e senso de oportunidade.

Desejo de empreender, muitas vezes somado à vontade de exercer atividade auto afirmativa, voltada para o público afro

Afro-empendedorismo é processo de cura da discriminação e oportunidade de trabalho

Se destacam pela autodenominação como afro empreendedores



**29%**

trabalham em rede com parceiros e priorizam outros negros

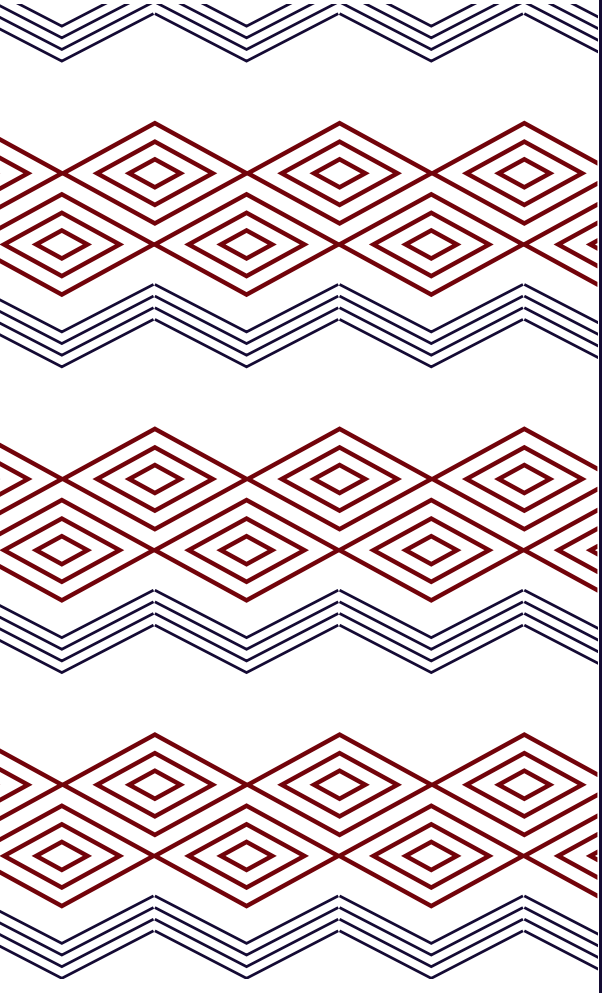
**31%**

acreditam que sua maior qualidade é a articulação de sua cultura e seus produtos

**36%**

trabalham com inovação

Fonte: Pesquisa Plano CDE/ Preta Hub/ J.P.Morgan (2019).



# **7** OS DESAFIOS DAS EMPREENDEDORAS E EMPREENDEDORES NEGROS NO BRASIL



Os efeitos da desigualdade e do racismo são notados no cotidiano de empreendedores(as) negros(as) configurando-se no enfrentamento de dificuldades adicionais quando comparadas àquelas postas a empreendedores(as) brancos(as). Esses desafios são consequência de um legado histórico de desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, construída sob os alicerces da discriminação racial nos mais diversos níveis.

É nesse contexto amplo e caracterizado por muitas barreiras que as discussões do Raça e Mercado identificaram quatro tipos de capitais necessários para o desenvolvimento dos empreendedores e dos seus negócios: capital econômico, capital social, capital humano e capital psicológico.

O capital econômico está relacionado com a capacidade de um negócio atrair investimentos, seja via investidores ou crédito bancário. O acesso ao crédito é uma das maiores dificuldades desse capital para empreendedores(as) negros(as), dos quais, segundo a pesquisa do Plano CDE, Preta Hub e J.P. Morgan<sup>9</sup>, 32% já tiveram crédito negado sem explicação.

O capital social está relacionado com a presença e participação ativa em redes e ecossistemas. Temas como o fomento de redes dentro de determinado ecossistema e o apoio entre ecossistemas são de extrema relevância. Essas redes são importantes para conectar pessoas, propiciando o compartilhamento de conhecimento e oportunidades. Estar em uma rede permite que o empreendedor faça contatos, tenha apoio e uma referência que possa lhe oferecer ajuda estrutural, financeira e psicológica para o gerenciamento do empreendimento. As redes de apoio são essenciais para o sucesso de um negócio, já que a jornada empreendedora é bastante solidária.

Além das redes de apoio direto aos empreendedores, é relevante que pessoas negras ocupem esses espaços, pois sua presença ainda é pequena e isso reforça a desigualdade racial, uma vez que a tomada de decisão continua sendo realizada por pessoas com uma mentalidade ainda pouco orientada pela inclusão e diversidade.

O capital humano está relacionado à escolaridade do indivíduo, principalmente no que se refere ao resultado da educação na formação geral das pessoas e no conhecimento sobre empreendedorismo, em particular, e como essa lacuna interfere na capacidade de um indivíduo em gerir seus negócios de forma sustentável.

A questão educacional é ampla e afeta inclusive a prospecção de mão de obra qualificada. O efeito é perverso, pois quando se fala em empreender se remete, inerentemente, ao conhecimento de gestão e de negócios. Nesse contexto, profissionais negros(as) ficam em maior desvantagem quando comparados a empreendedores(as) brancos(as). É o acesso à educação de qualidade que permite ao empreendedor identificar elementos básicos desde o que é ser empreendedor, até questões mais elementares como a utilização de ferramentas necessárias para administrar seu negócio.

A precariedade do acesso ou até mesmo o não acesso à educação é um problema bem conhecido no Brasil e que afeta em especial as pessoas mais pobres. Historicamente, a população negra teve esse direito negado, algo que impactou negativamente nas oportunidades profissionais disponíveis na vida adulta, como já apresentado em seções anteriores. A questão educacional é ampla e complexa porque afeta a vida da criança, do jovem e do adulto em diversos aspectos. A população negra entra no mercado de trabalho com grande desvantagem se comparada com seus pares

<sup>9</sup> Pesquisa Plano CDE/ Preta Hub/ J.P.Morgan (2019)

brancos. Além das barreiras estruturais e institucionais preexistentes, o indivíduo negro também precisa lidar com a grande lacuna educacional que o separa de candidatos(as) brancos(as), principalmente no que se refere à qualidade do ensino.

O acesso precário a educação tem grande impacto em questões ainda mais subjetivas como a capacidade de cognição, desenvolvimento pessoal, autoconfiança, dentre outras habilidades necessárias para o desempenho da atividade empreendedora. Contudo não é apenas o acesso à escolarização formal que impede a população negra de explorar seu potencial. Nos tempos atuais, novas competências são exigidas, em especial aquelas relacionadas com tecnologia. Nesse quesito, as desigualdades são ainda maiores. O abismo digital é o segundo grande desafio do capital humano enfrentado por empreendedores(as) negros(as).

Segundo a pesquisa do IBGE (2019)<sup>10</sup>, 55% das pessoas autodeclaradas pretas e 57% das pardas já utilizaram computador pelo menos uma vez na vida, enquanto o índice de pessoas brancas é de 63%. A distância torna-se ainda maior quando o recorte é feito a partir da classe social, considerando que 33% das pessoas das classes D e E já usaram computador de mesa, notebook ou tablet, enquanto para as classes C, B e A o número cresce para 62%, 88% e 93% respectivamente, ou seja, o índice tem seu valor quase triplicado quando comparadas as classes D e E com a classe A.

Os dados retirados da pesquisa do IBGE nos levam ao seguinte questionamento:

de que forma o abismo digital interfere diretamente no empreendedorismo negro? Conforme o artigo “Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - artefatos que potencializam o empreendedorismo da geração digital” (apud MORGADO et al.), o acesso a novas tecnologias está diretamente relacionado ao desenvolvimento de novas competências e à potencialização de transformações. Uma pessoa que tem acesso a ferramentas digitais está constantemente se desenvolvendo, ampliando e atualizando o seu conhecimento de modo a utilizar este novo saber em seu empreendimento.

Há diversos aspectos positivos que o acesso à internet oferece a empreendedores(as) negros(as): formalização do empreendimento junto aos órgãos do governo, capacitação através de cursos e formações acadêmicas 100% digital que promova o desenvolvimento técnico e pessoal, permite a construção de um empreendimento virtual minimizando custos de manutenção de espaços físicos, e dá maior alcance geográfico ao produto comercializado.

Por fim, o capital psicológico, constantemente ignorado, está relacionado com a capacidade do indivíduo de ter confiança; esperança; otimismo e resiliência. A confiança é importante para conseguir mobilizar os recursos (financeiros e não financeiros) necessários para obter os resultados planejados; esperança para acreditar que todos os objetivos serão atingidos; otimismo para conseguir visualizar cenários positivos ainda que o contexto não permita, e resiliência para acreditar que mesmo na dificuldade é possível se recuperar (LUTHANS; YOUSSEF, 2004).

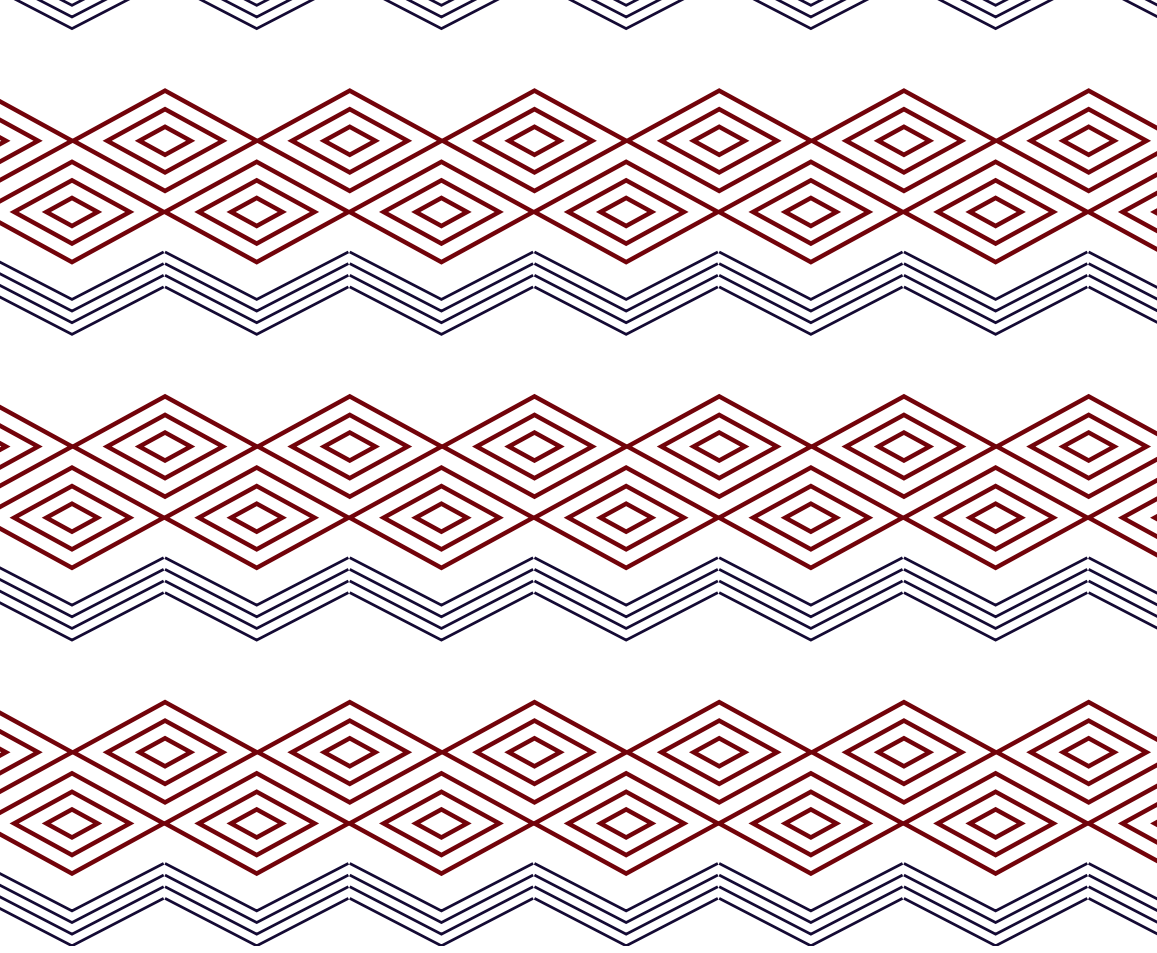
<sup>10</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2018, 2020*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=23205&t=sobre>. Acesso em: 08/03/2021



Durante a pandemia de COVID-19, a questão psicológica tornou-se ainda mais relevante, principalmente quando fazemos um recorte interseccional. Empreendedoras negras, mulheres e mães, sofreram muito mais desgaste e tiveram de se esforçar para manter o equilíbrio psicoemocional. Isso afetou não apenas a vida pessoal dessas mulheres, mas também os seus negócios.

Diversos desafios dificultam o empreendedorismo negro de alcançar maiores e melhores resultados. As restrições de acesso ao crédito muitas vezes impedem o começo de um bom empreendimento ou impactam negativamente a sua continuidade no longo prazo. O mesmo problema ocorre no que diz respeito às restrições de acesso a mercados, redes de relacionamento e espaços de tomada de decisão, fundamentais pela influência e articulação que existem nestes ecossistemas, o que impede a presença de empreendedores(as) negros(as) em ambientes extremamente colaborativos.

Tendo em vista esse cenário, algumas soluções para tais desafios são: a) educação e formação de qualidade; b) políticas públicas eficazes como incentivos fiscais e aumento do acesso ao crédito; e c) inserção a ecossistemas e redes capazes de proporcionar articulação entre os atores na criação de canais de comunicação entre parceiros.



# 8 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Estar atento às novidades do campo da tecnologia é essencial para aumentar a competitividade dos negócios e o desenvolvimento do indivíduo empreendedor. Contudo, o uso de algumas ferramentas tecnológicas, como websites e aplicativos, ainda está distante da grande maioria de empreendedores(as) negros(as) brasileiros(as). As barreiras a serem superadas são muitas e passam pela falta de acesso à informação, baixo nível de capacitação e dificuldade em conseguir investimento.

A baixa presença de profissionais negros(as) atuando no mercado da tecnologia, que também tem impulsionado o campo do empreendedorismo, demonstra como o racismo impede a ascensão dessas pessoas em uma das áreas que mais crescem no Brasil. No levantamento #QuemCodaBr<sup>11</sup>, realizado pela PretaLab em parceria com a consultoria ThoughtWorks entre os meses de novembro de 2018 e março de 2019, ficaram evidentes essas desigualdades raciais. De acordo com a pesquisa, homens brancos representam 58,3% dos profissionais, contra 36,9% de negros (pretos e pardos), 4% de amarelos e 0,3% de indígenas. Observando as equipes que já atuam na área de tecnologia, a pesquisa mostra que em 32,7% dos casos não há nenhuma pessoa negra nos grupos de trabalho e, em 68,5% dos casos, elas representam menos de 10% dos membros.

Outro fator importante a ser observado é a desigualdade no acesso à internet de qualidade no Brasil. Apesar de nos últimos anos ter existido um crescimento da população brasileira que usa a internet, o país ainda possui um contingente de cerca de 47 milhões sem acesso à internet. Os dados foram coletados pela pesquisa TIC Domicílios 2019<sup>12</sup>, lançada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do Centro Regional de Estudos, e mostrou o crescimento da conectividade via cabo ou fibra óptica de forma geral. No entanto, o mesmo estudo apontou que ainda há 26% de não usuários e, entre os usuários de internet (74%), cerca de 58% acessam apenas pelo celular. Esse tipo de conexão cria uma situação de precariedade para a realização de tarefas como trabalho remoto, ensino à distância, manutenção de redes sociais e comercialização de produtos no ambiente virtual, condições fundamentais para o desenvolvimento do empreendedorismo.

As disparidades no acesso à rede mundial de computadores e a falta de políticas que garantam maior diversidade racial no setor tecnológico, especialmente no desenvolvimento de novas ferramentas e tecnologias, servem para ilustrar as consequências das desigualdades e justificar a escassez de mão de obra negra neste setor. A crescente popularização das startups no Brasil pode servir de ponto de partida para entender esses cenários. Ambientes caracterizados pela inovação, as startups têm potencializado o surgimento de novos empreendimentos totalmente virtuais. O crescimento dessa modalidade de negócio, no entanto, não tem atraído empreendedores(as) com baixo capital. Por ser um ramo novo, muitos sentem receio de se aventurar e perder o pouco que têm para investir. Além da questão financeira, o fator social também tem grande influência nesse quadro, já que a falta de educação básica de qualidade e de inclusão digital impedem empreendedores(as) negros(as) de terem conhecimento sobre a área, limitando o acesso às oportunidades desse mercado.

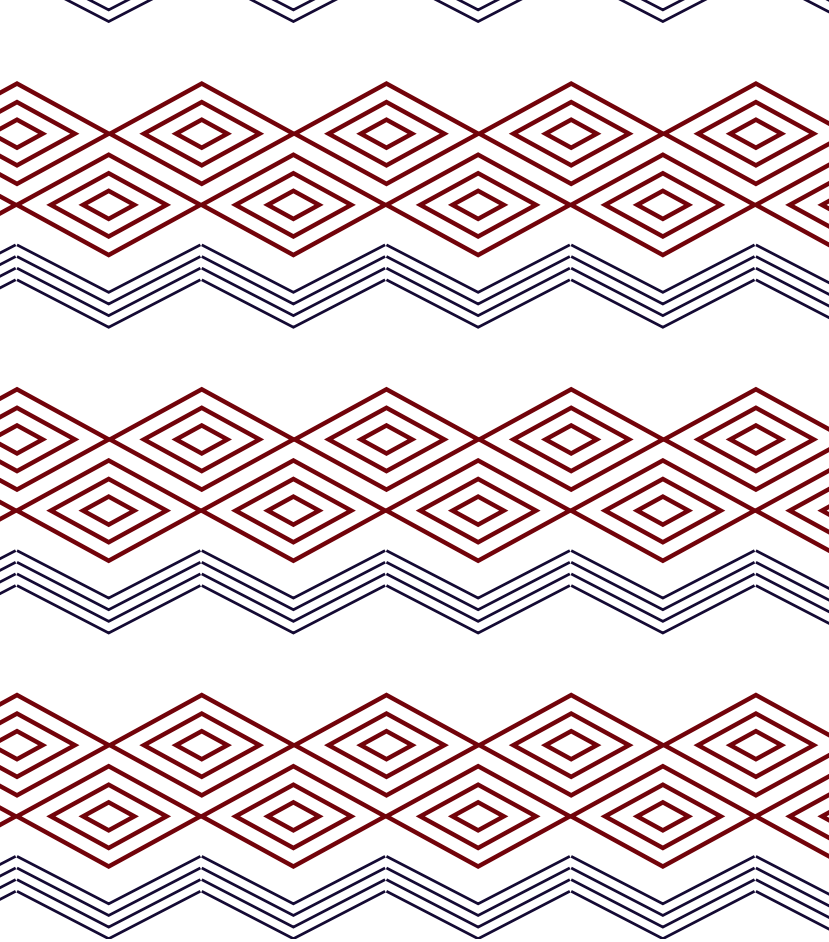
O Playbook de Comunidades - Edição 2.0<sup>13</sup>, realizado pela Associação Brasileira de Startups (ABStartups), mostra um pouco dessa realidade em números. O estudo revelou que 64,8% dos fundadores destes modelos de negócios se autodeclararam brancos, 22,7% pardos e apenas 5,8% negros (diferentemente do IBGE que considera negro como pretos e pardos, este estudo classificou as pessoas como brancas, pardas, negras, amarelas e indígenas). Os dados não deixam dúvida do quão urgente é a elaboração de políticas que fomentem e promovam a inclusão de referências negras no campo da tecnologia. Sem o incentivo e sem a percepção de que a comunidade negra pode e deve ocupar/empreender no mercado de inovação e tecnologia, a área continuará com baixa representatividade e reproduzindo a mesma lógica excludente que caracteriza a sociedade brasileira.

Para promover maior diversidade e ingresso de empreendedores negros(as) no campo da tecnologia assim como a utilização de seus recursos para otimização dos processos de trabalhos, possíveis soluções podem ser implementadas a curto, médio e longo prazo: fortalecimento de um ecossistema de empreendedores(as) negros(as); investimento em formação tecnológica; criação de redes de apoio e fundos de investimentos para empreendedores(as) negros(as); e o apoio do Estado com a criação de políticas públicas de fomento.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b\\_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf](https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf). Acesso em: 08/03/2021

<sup>12</sup> CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2019. Disponível em: [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf). Acesso em 08/03/2020

<sup>13</sup> Disponível em: <https://abstartups.com.br/wp-content/uploads/2021/02/playbookComunidades2021Final.pdf> Acesso em 03/09/2021



# 9 O ECOSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO NEGRO NO BRASIL

Um ecossistema empreendedor é composto por um conjunto de agentes ou atores que atuam em uma determinada área, a partir da influência dos mecanismos regulatórios ou características de mercado, e que buscam fazer com que os negócios se desenvolvam.

Os ecossistemas empreendedores precisam ser bem estruturados, para que todos os atores envolvidos compreendam o objetivo comum da rede. Este é um espaço colaborativo com pessoas de várias áreas de atuação compreendendo quais papéis e competências conseguem e podem desenvolver ou impulsionar.

Não existe uma forma única de como o ecossistema e os atores devem se comportar. Um ecossistema empreendedor é um universo bastante diverso em que todos os atores possuem diferentes papéis e se inter-relacionam. Alguns são responsáveis por gerir o negócio, outros por conectar os empreendedores ou até mesmo fomentar potenciais empreendimentos. Todavia, é importante destacar que o(a) empreendedor(a) é protagonista desse ecossistema. O papel do ecossistema é engajar e conscientizar todos os atores, mas principalmente apoiar empreendedores(as).

A seguir listamos os principais atores dentro de um ecossistema e descrevemos suas ações mais elementares.

## **Empreendedores**

Representam o centro do ecossistema. Viabilizam novos negócios, gerando desenvolvimento econômico, tecnológico e social.

## **Investidores**

Viabilizam saltos de crescimento dos negócios. Estão classificados em: investidores anjo, capital semente, venture capital. Para cada porte de investimento, existe um perfil de investidor e parâmetros específicos de investimento.

## **Aceleradoras**

Investem nos estágios mais iniciais do negócio, mas nem sempre financeiramente.

Oferecem mentoria, ajudam a direcionar e encontrar o mercado, bem como colaboram para a busca de investidores. Podem ser parceiros importantes no desenvolvimento do ecossistema.

## **Instituições de Ensino Superior (IES)**

Possuem um papel importante na formação de empreendedores e técnicos que participam do ecossistema.

## **Estado**

Tem um importante papel em impulsionar o ecossistema empreendedor seja através de programas de fomento ao empreendedorismo, políticas públicas específicas ou apoio – financeiro, de comunicação e visibilidade –, além de catalisar o desenvolvimento do ecossistema.

## **Organizações setoriais**

As federações da indústria, do comércio e parte do terceiro setor são importantes parceiros e podem ajudar a desenvolver novos negócios que têm o objetivo de compor parte do ecossistema. Elas possibilitam que novas tecnologias possam ser adotadas, criando e viabilizando programas de integração, intercâmbio, com outros ambientes econômicos que podem fomentar o surgimento de vocações locais..

## **Organizações do Terceiro Setor, Fundações e Institutos**

Oferecem apoio pontual ou estrutural para os empreendedores e o ecossistema, podendo atuar com o fomento de capital econômico, social, humano e psicológico. São essenciais para mobilizar mais o setor e garantir apoio em áreas que o Estado ou a iniciativa privada não conseguem atuar adequadamente.

## **Grandes Empresas**

Podem ser catalisadoras de diversas iniciativas diretas e indiretas além de atuarem como propagadoras de novas atitudes em relação ao empreendedorismo negro. As grandes empresas podem utilizar seu capital econômico e sua força política para fomentar diretamente os empreendedores ou para incentivar o crescimento do próprio ecossistema.



Como ilustra a figura 04, o funcionamento do ecossistema transpassa todas as camadas da sociedade em três importantes níveis:

Alguns dos recursos necessários para o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor dependem de práticas e políticas do Estado que possam gerar impacto nos negócios e no bem-estar social.

As grandes empresas e organizações intermediárias atuam como investidoras, fomentadoras e agentes de transformação por meio da educação e capacitação dos empreendedores

Empreendedores(as) negros(as), cuidando do seu desenvolvimento pessoal e da participação em redes de apoio para conseguirem acessar os consumidores com efetividade e expandir seus negócios.

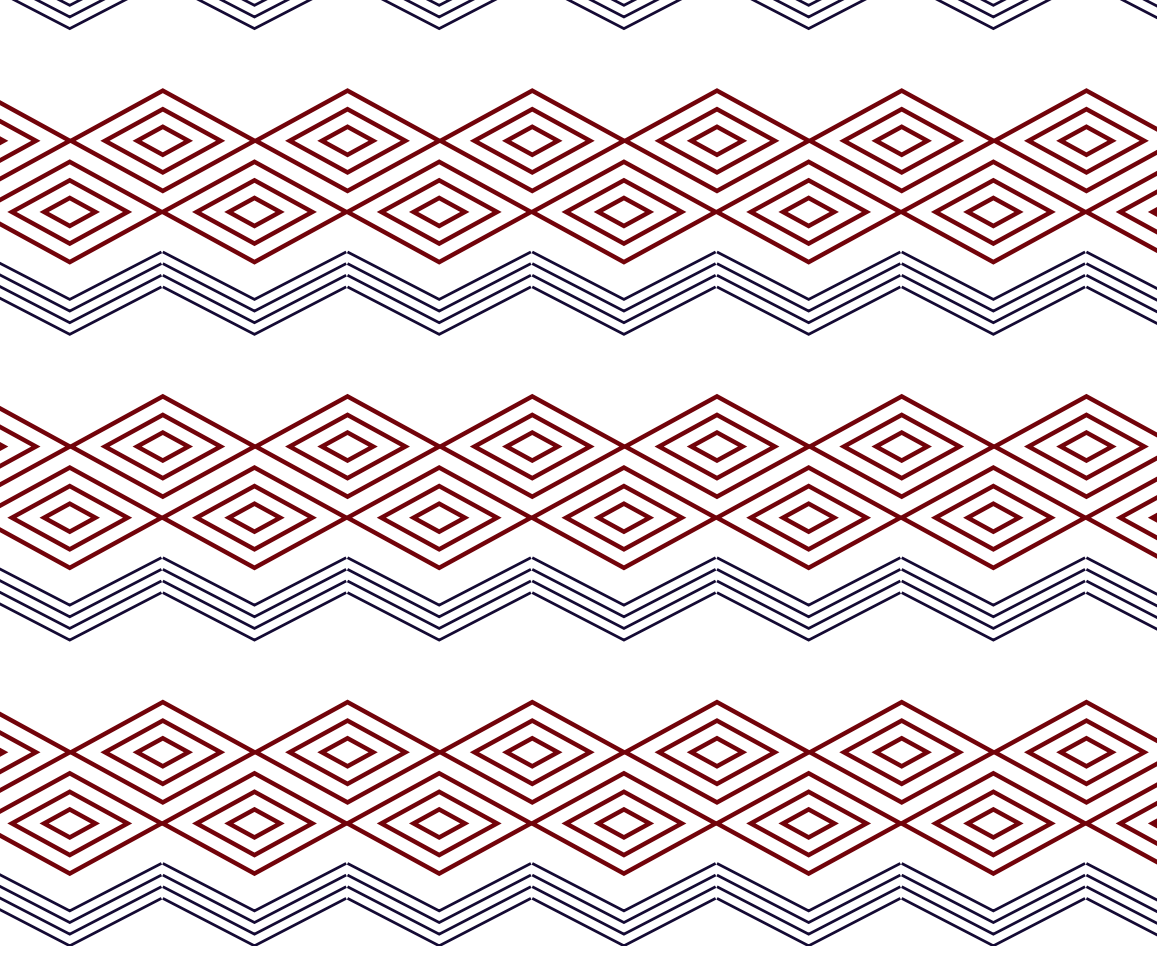
**Figura 04: Principais dimensões de apoio do ecossistema negro**



Ilustração: moombr | Fonte: Raça e Mercado

Em um ecossistema empreendedor, o papel da comunicação, da tecnologia e das redes de apoio é fundamental para o seu crescimento. Todas as partes envolvidas influenciam na disseminação da cultura empreendedora, na realização efetiva dos negócios, no fomento e nas condições em que esses negócios se desenvolvem e nos mecanismos regulatórios e de exportação como parte desse ecossistema empreendedor.

O aumento da diversidade em espaços como o Estado, grandes empresas, instituições de ensino superior, fundações entre outros é primordial para apoiar movimentos historicamente marginalizados no preenchimento de espaços, permitindo ocupar lugares de liderança, representatividade e poder. É preciso ter grupos heterogêneos influenciando pessoas de diferentes grupos sociais para que elas sirvam de sementes. Nas próximas seções será possível compreender em maior detalhe o papel do Estado, das grandes empresas e das organizações intermediárias neste processo de fomento do empreendedorismo negro.



# 10 O PAPEL DO ESTADO

O Estado tem papel decisivo no desenvolvimento do empreendedorismo negro, especialmente através da elaboração e implementação de políticas públicas que reduzam as desigualdades e garantam o acesso às mais diversas oportunidades. Os desafios para o empreendedorismo negro mapeados durante os encontros do Raça e Mercado possuem aspectos sociais e econômicos que dependem da ação do Estado para a sua resolução. O apoio da autoridade estatal pode ajudar a sanar questões como a baixa qualidade da educação, a dificuldade de acesso ao crédito e acesso à tecnologia. Assim, o Estado pode atuar no desenvolvimento do empreendedorismo negro por meio de três papéis: facilitador, participante e regulador (SOUZA, 2019).

Enquanto facilitador, o Estado pode criar diretamente ou apoiar a criação de organizações e sistemas que fomentem a atividade empreendedora com foco na população negra. Algumas ações podem ser notadas nessa área tanto no nível federal como municipal (SOUZA, 2019).

Em 2020, foi apresentado ao Senado o projeto de lei que cria a Política Nacional de Apoio ao Afroempreendedorismo<sup>14</sup>. O PL 2.538/2020<sup>15</sup> promove e fortalece iniciativas empreendedoras lideradas por pessoas negras e está atualmente em tramitação no Plenário do Senado Federal<sup>16</sup>.

Como exemplo de política pública implementada voltada para o empreendedorismo negro está o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor, instituído pela Lei Municipal 16.335 de 2015<sup>17</sup>. Esta lei define a criação da Comissão Especial de Apoio do Afroempreendedor que tem a finalidade de traçar metas, organizar e acompanhar o cumprimento dos objetivos do programa. A ação foi pensada a partir de pilares que respondem questões sobre as necessidades específicas de empreendedo-

res(as) negros(as): qualificação do profissional; as dificuldades de empreendedores negros(as) para lidar com o ambiente regulatório; e, por fim, a criação de uma Teia de Empreendedor Negro.

Os gargalos na educação básica gratuita e as barreiras de acesso à formação profissional são talvez os desafios mais complexos enfrentados por empreendedores(as) negros(as). Esses desafios reduzem a autoestima e o autoconhecimento, limitam o acesso às redes de relacionamento, e diminuem a capacidade de inovar e identificar oportunidades para que esses(as) empreendedores(as) desenvolvam seus negócios.

Historicamente, o Brasil tem um sistema educacional público falho que prejudica, principalmente, a população mais carente e majoritariamente negra. Neste sentido, é dever do Estado promover reparação para equiparar oportunidades e sanar desigualdades possibilitando a ascensão do empreendedorismo negro. Em qualquer esfera que o Estado atue, é essencial que os programas e políticas públicas apresentadas e implementadas tenham um efeito agregador aos esforços existentes dentro do ecossistema do empreendedorismo negro.

O Estado enquanto regulador pode definir padrões e práticas através de leis e subsídios que incentivem o investimento em empreendimentos negros, reduzindo assim as discrepâncias com relação ao acesso ao crédito e ao mercado e, conseqüentemente, gerando mais oportunidades para empreendedores(as) negros(as).

Por fim, o Estado pode ser participante do mercado atuando diretamente em questões de desigualdade que o mercado não consegue corrigir. É essencial que mais pessoas negras façam parte das esferas onde decisões são tomadas, políticas são criadas e implementadas. O Estado deve agir para inserir pessoas negras nos mais diversos cargos públicos e administrativos, fornecendo acesso aos espaços de poder e redes de relacionamento. Essa aproximação é necessária para que os projetos e programas criados sejam alinhados com as necessidades reais dos empreendedores e efetivamente desenvolvidos, implementados e atualizados.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/20/projeto-cria-politica-nacional-de-apoio-ao-afroempreendedorismo/>. Acesso em: 08/03/2020

<sup>15</sup> Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/103744?sequencia=246>. Acesso em: 05/08/2021

<sup>16</sup> Situação atual: em tramitação. Último local: Plenário do Senado Federal (Secretaria de Atas e Diários) - 11/05/2020.

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141891>. Acesso em: 03/08/2021

<sup>17</sup> Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16335-de-30-de-dezembro-de-2015#:~:text=Instituiu%20o%20Programa%20Municipal%20São%20Paulo%20Afroempreendedor%2C%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Instituiu%20%20Programa%20Municipal%20São%20Paulo%20Afroempreendedor%2%20e%20dá%20outras%20providências>. Acesso em: 05/08/2021.

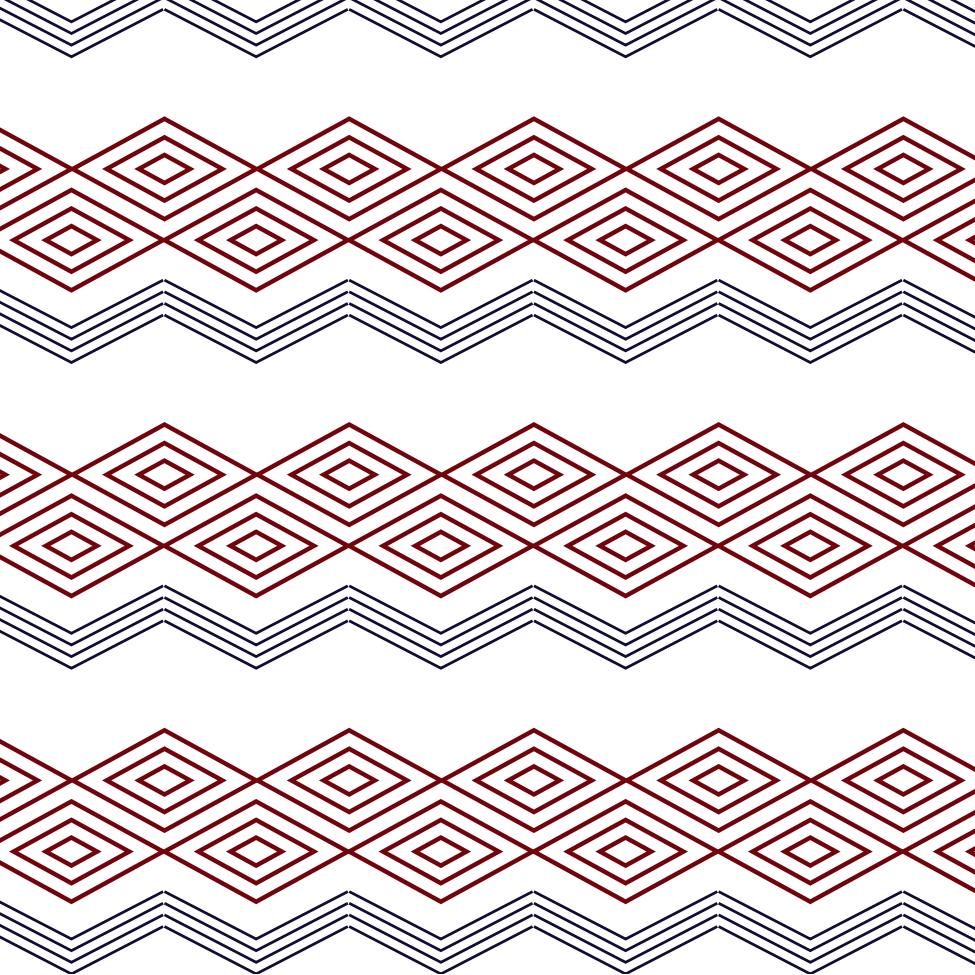
Visando fortalecer a cadeia de valor do empreendedorismo, o Estado pode, através de ações afirmativas, apoiar a inclusão de empreendimentos negros em sua cadeia de suprimento. Ações dessa natureza têm o potencial de expandir os negócios para novos mercados, movimentando toda sua rede de *stakeholders*. Devido à burocracia característica nos processos de licitações e compras públicas, essas ações afirmativas precisam ser amplamente comunicadas e planejadas para que se revertam em oportunidades acessíveis a empreendedores(as) negros(as).

Em qualquer esfera que o Estado atue é essencial que os programas e políticas públicas apresentadas e implementadas tenham um efeito agregador aos esforços existentes dentro do ecossistema do empreendedorismo negro. O objetivo é somar esforços, compartilhar conhecimento e evitar a sobreposição de ações. Por estes motivos, a participação do Estado dentro dos ecossistemas do empreendedorismo negro é essencial.

## FIGURA 05 - Desafios

A Figura 6 resume alguns dos principais desafios do empreendedorismo negro e as soluções que dependem de ações do Estado.





# 11 O PAPEL DAS GRANDES EMPRESAS

Atualmente, existem diversas empresas que defendem a pauta da diversidade na esfera institucional. Essas companhias têm promovido mudanças no quadro de funcionários para aproximar o perfil de profissionais da empresa com a sociedade brasileira, majoritariamente negra e feminina, além de incorporar pessoas com deficiência e da comunidade LGBTQ+. A discussão e conscientização de questões relativas a esses grupos também têm sido incorporadas à dinâmica de seleção de algumas empresas, que implementam uma gestão de recursos humanos atenta à qualidade das relações interpessoais entre colaboradores(as). Há também esforços de algumas empresas em se aproximar e melhor compreender o público negro, maior grupo consumidor do país. Políticas e práticas de equidade racial são cada vez mais essenciais para que as empresas consigam reduzir as desigualdades dentro do ambiente corporativo, identificando novos nichos de atuação, inovando seus produtos e serviços e aumentando a sua eficácia.

Nas discussões do Raça e Mercado, foram identificados quatro níveis de atuação das grandes empresas em que elas podem promover mudanças e apoiar o empreendedorismo negro. São eles:

**1** Nível interno em que a empresa cria e aplica políticas para garantir a diversidade racial. Ele trata da mudança da cultura organizacional da empresa, principalmente no que se refere à incorporação e garantia da diversidade para todos os grupos sociais.

**2** Nível relacionado ao apoio ao indivíduo empreendedor. Nesse nível a empresa apoia diretamente empreendedores(as) negros(as), seja acelerando seus negócios (com investimento, formação e/ou conexões) ou incluindo-os(as) em sua cadeia de valor.

**3** Nível no qual as grandes empresas assumem um papel de protagonistas no desenvolvimento e fomento de um ecossistema permitindo a sua sustentabilidade a longo prazo. O impacto das ações desse nível é sistêmico, porque as políticas e incentivos são mais abrangentes, impactando toda a rede.

**4** Nível em que as empresas assumem o posicionamento público sobre as desigualdades sociais como, por exemplo, a causa racial. As grandes empresas possuem papel fundamental em causar impacto nas pessoas, provocando discussões amplas sobre temas diversos. Para que o nível quatro seja efetivo é necessário que os níveis anteriores tenham sido bem estruturados e eficazes em sua essência.

Os processos de seleção para ingresso em grandes empresas tendem a excluir o indivíduo negro devido a uma série de fatores. Para ampliar a presença desse grupo, um caminho para as instituições é a modificação de processos seletivos, reconfigurando a metodologia utilizada e alterando alguns critérios vigentes como, por exemplo, a exigência de fluência em inglês. Essa aptidão não deveria ser colocada como requisito de exclusão sem ao menos considerar outras habilidades da pessoa que concorre à vaga. Uma alternativa é o estímulo à promoção de pessoas negras para cargos de alta gestão (nos conselhos consultivos e administrativos), além da criação de estratégias de comunicação que ajudem a visibilizar processos seletivos que cheguem ao conhecimento de pessoas negras.

O setor de recursos humanos (RH) pode desenvolver estratégias para democratizar o acesso às vagas de estágio, por exemplo, fomentando uma maior inclusão de jovens negros(as). É fundamental que essas ações possam ir além da inclusão de pessoas negras no quadro funcional. Uma vez que esse(a) profissional for contratado(a) é importante identificar e desenvolver todas as suas potencialidades para que ele(a) permaneça na organização.

Para que essas mudanças ocorram de forma efetiva e as empresas consigam, de fato, reduzir a ausência de pessoas negras nos espaços corporativos é preciso um esforço já previsto no planejamento estratégico. A movimentação e organização interna das empresas são fatores essenciais nesse processo e dependem de políticas afirmativas que levem à reconfiguração da estrutura organizacional, tornando-a mais inclusiva e valorizando as diferenças.

A inserção da questão racial na agenda da empresa é outro fator importante para levar a discussão da equidade racial para uma lógica de mercado e impulsionar uma agenda orientada por políticas de diversidade. Manter e fomentar o diálogo a partir de comitês de diversidade internos, por exemplo, é fundamental para promover ações que aumentem a inclusão.

Ainda dentro do contexto da estrutura interna das empresas, é necessário que existam espaços abertos para discussão, que respeitem e reforcem o diálogo entre colaboradores(as) negros(as), mas que não limite a discussão e os sobrecarreguem em relação a isso. A transformação inicial começa internamente, no fortalecimento

desse movimento dentro do mercado e com as empresas cada vez mais atentas à diversidade.

Algumas empresas têm iniciado um processo de buscar ativamente relacionar-se com startups de empreendedores(as) negros(as), tanto para investimento direto como para processos de aceleração e inovação, de forma a estimular o crescimento desses negócios.

Atualmente, no Brasil, essa movimentação ainda acontece de forma tímida. De acordo com o ranking Refinitiv<sup>18</sup>, que avaliou cerca de sete mil companhias globais segundo critérios sociais, ambientais e de governança, o Brasil possui apenas uma empresa, a Natura&CO, entre as 100 companhias de capital aberto com ambientes mais diversos e inclusivos no mundo.

É fundamental que as grandes empresas comecem a realizar mudanças organizacionais que visem combater diretamente o racismo institucional, revendo a intencionalidade de suas estratégias. Quando uma empresa olha para sua cadeia de valor – o conjunto de atividades que desempenha desde aquisição de matéria-prima até a logística final de entrega do seu produto – e começa a fazer pequenas mudanças como a inclusão de fornecedores(as) negros(as) em sua rede, ela também passa a valorizar suas parcerias e, conseqüentemente, ajuda a movimentar o ecossistema daquele(a) empreendedor(a).

Como dito em seções anteriores, o racismo gera um custo econômico negativo para o país. O estímulo ao empreendedorismo negro não é apenas uma ação social da empresa para com a sociedade, mas é principalmente geração de renda, emprego e aumento da circulação da moeda que conseqüentemente ajuda na economia. A pressão dos movimentos sociais e da sociedade civil vem impulsionando uma

mudança na forma como grupos historicamente marginalizados são vistos e tratados. De modo análogo, consumidores passam, cada vez mais, a cobrar das empresas das quais consomem produtos e serviços posicionamentos em relação a questões de ordem moral, política, social e econômica.

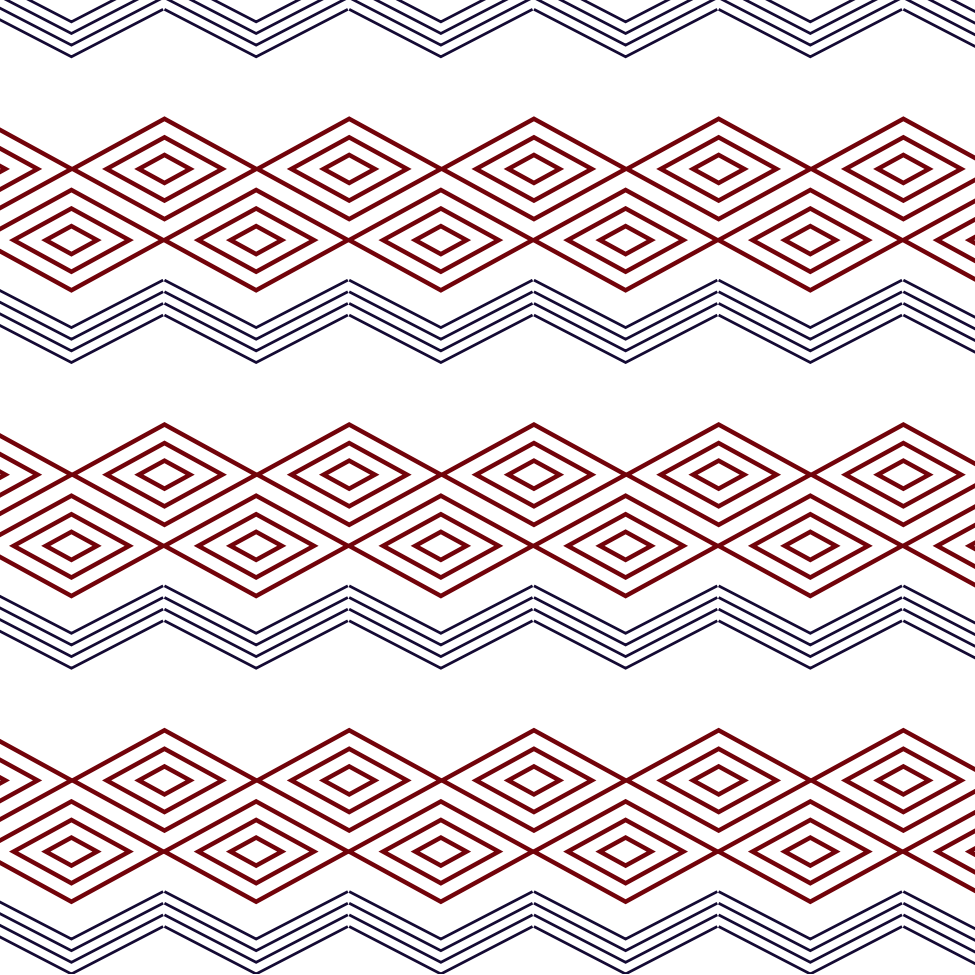
Nesse sentido, é importante também olhar para o estímulo a empreendedores(as) negros(as) sob a ótica de um negócio lucrativo. Uma pesquisa desenvolvida pela consultoria McKinsey & Company, “A diversidade como alavanca de performance”<sup>19</sup>, sinaliza que empresas com maior diversidade racial têm 33% a mais chance de superar as suas concorrentes no mercado.

A equidade racial dentro das grandes empresas precisa ultrapassar a agenda social e sustentável e alcançar a agenda de negócios relacionada ao consumo da população negra, ou seja, essa discussão precisa ser tratada a partir de uma perspectiva de capital financeiro e criar caminhos para que esse capital volte para a população negra via apoio ao empreendedorismo negro e fortalecimento de uma agenda de diversidade, com ênfase na temática racial, no mercado e na sociedade civil.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.refinitiv.com/pt/blog/big-data/qual-e-o-grau-de-diversidade-e-inclusao-em-seu-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 03/03/2021

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/delivering-through-diversity/pt-br>. Acesso em: 03/08/2021





## **12** O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Organizações intermediárias são “organizações especializadas que facilitam, conectam e apoiam a parceria entre oferta e demanda de capital” (GIFE, 2019:06). Elas buscam apoiar os empreendedores fortalecendo o ecossistema e fazendo a intermediação entre organizações com recursos e empreendedores. O papel primordial dessas organizações é o de construir redes e fazer pontes entre atores facilitando o acesso de empreendedores à mídia, investidores, formações e ao mercado como um todo.

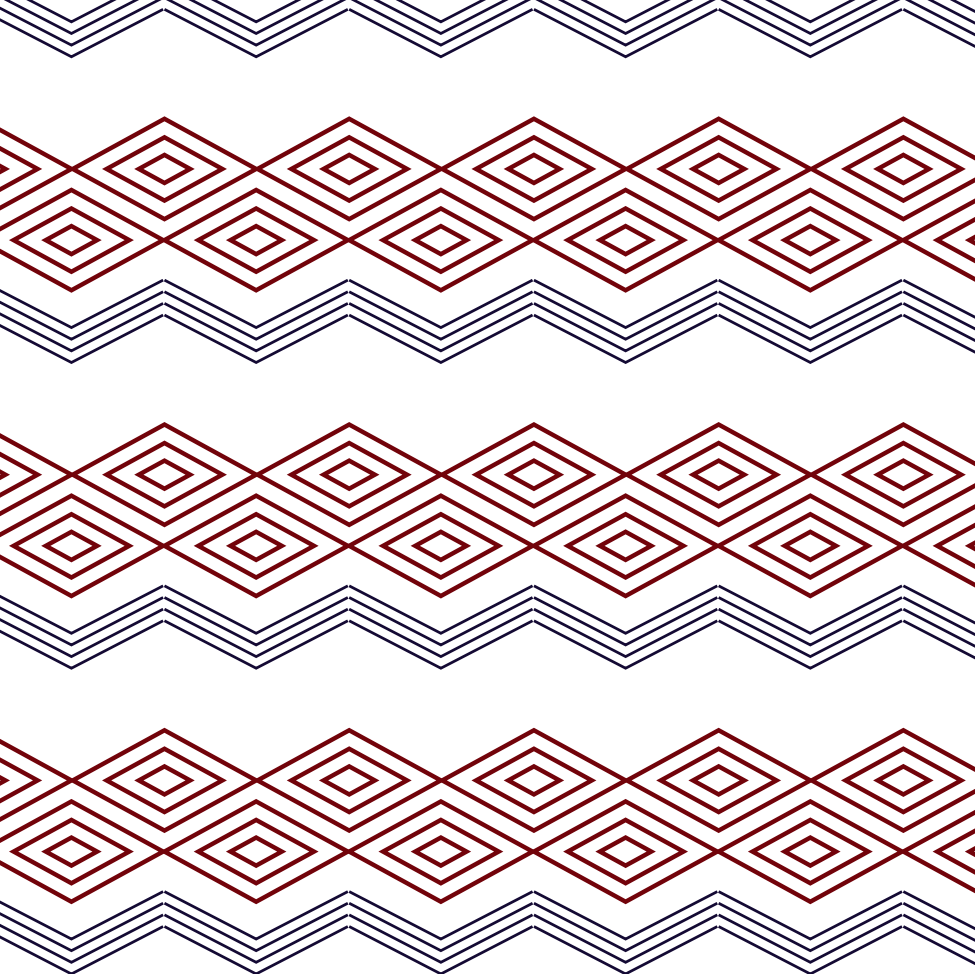
No caso do empreendedorismo negro, as organizações intermediárias podem fazer também um papel de *advocacy*, trabalhando junto ao poder público para o desenvolvimento de políticas públicas que possam incentivar as iniciativas empreendedoras e minimizar as barreiras existentes atualmente no mercado.

As organizações intermediárias possuem um grande entendimento dos territórios e comunidades onde os empreendedores atuam, e como consequência podem desenvolver ações estratégicas que conectam as necessidades dos empreendedores às fontes de recursos, sejam elas financeiras ou não. Como os ecossistemas empreendedores são compostos por diferentes atores como empreendedores, investidores, aceleradoras, instituições de ensino, Estado, organizações setoriais, organizações do terceiro setor, fundações e grandes empresas – as organizações intermediárias são primordiais na construção, na sustentação e no desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo negro.

Algumas organizações intermediárias articulam processos de formação e aceleração para fomentar o aprimoramento de gestores de pequenos negócios. Para o campo do empreendedorismo negro, essas capacitações são extremamente relevantes não

apenas por sanar um déficit educacional do Brasil, mas como forma de fortalecer o engajamento e entendimento da cultura negra, suas virtudes e relevância para o mercado brasileiro. Além disso, esses processos de formação são importantes para aumentar a segurança e a percepção do potencial de cada empreendedor.

Outra função das organizações intermediárias é a gestão e oferta de recursos financeiros, fazendo o dinheiro chegar às mãos de empreendedores(as) negros(as), que, em geral, têm mais dificuldade em obtenção de crédito. Esse ponto torna-se ainda mais relevante em momentos de crise, como o que atravessamos ao longo da pandemia de COVID-19 em 2020. É crucial que as organizações intermediárias continuem conectando e apoiando atores com potencial de transformação.



# 13 O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Os desafios apresentados ao longo deste relatório trazem à tona os mais diversos aspectos que dificultam a atividade empreendedora de pessoas negras. Em um cenário de calamidade como o que hoje vivemos em decorrência da pandemia de COVID-19, as dificuldades tendem a se aprofundar com mais intensidade para as parcelas da população mais desfavorecidas, agravando os impactos sociais, políticos e econômicos decorrentes da crise sanitária.

A população negra foi afetada pelo desemprego, insegurança financeira e alimentar, além da impossibilidade de colocar em prática a principal recomendação de controle do vírus, o distanciamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Um dos efeitos mais devastadores deste contexto foi exposto por um estudo da Unifesp e da USP realizado em São Paulo. O estudo aponta que negros são 2,5 vezes mais infectados por coronavírus do que brancos <sup>20</sup>.

Os impactos da pandemia de COVID-19 também recaem de maneira mais sensível sobre a comunidade negra no plano econômico e no empreendedorismo. Segundo a pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios” (SEBRAE, 2020) em parceria com a FGV, empreendedores(as) negros(as) foram mais impactados pela pandemia do coronavírus, principalmente os donos de pequenos negócios. Até junho de 2020, entre mais de sete mil entrevistados, 70% dos empreendimentos negros tiveram fechamento total ou parcial. Na mesma pesquisa, é possível notar que 60% dos negócios liderados por brancos(as) se mantêm abertos, com as restrições e cuidados necessários para atender o público.

Para compreender melhor o contexto pandêmico e as consequências disso para a população negra, a pesquisa aponta ainda que:

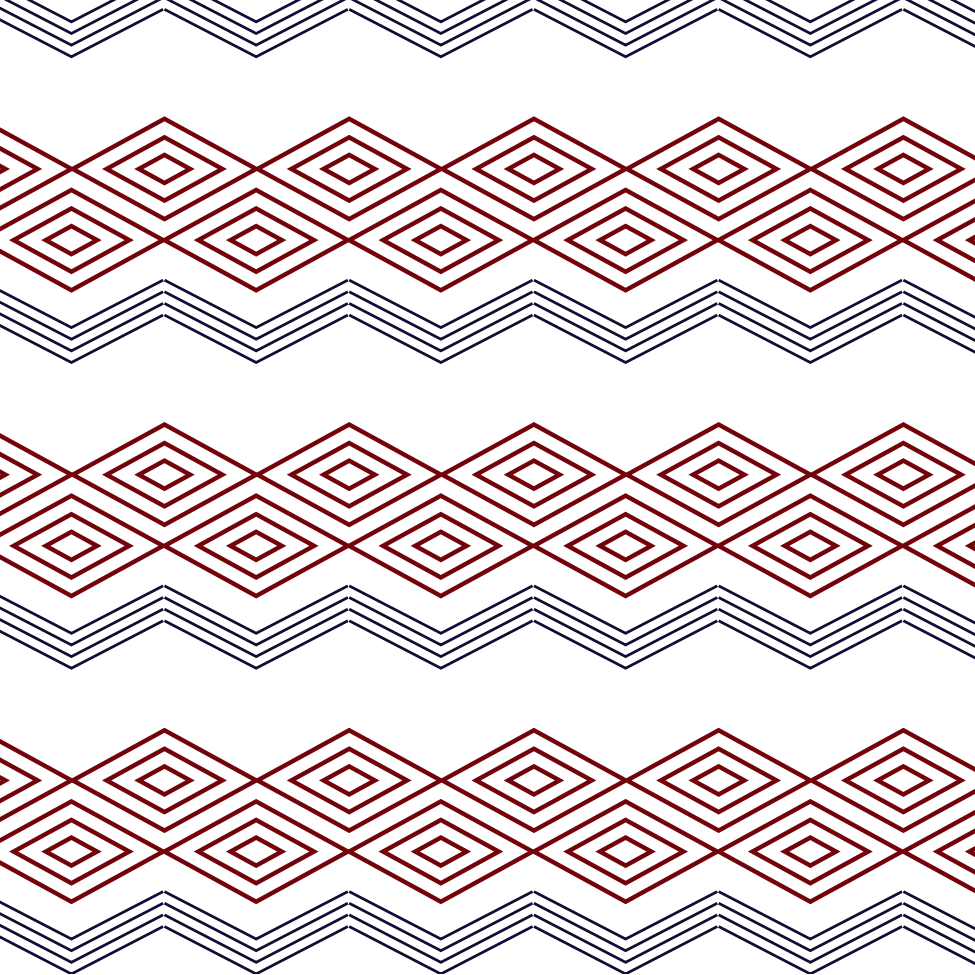
- ▶ **39%** dos(as) empreendedores(as) brancos(as) têm negócios onde houve maior reabertura; negros(as) ocupam 29% do percentual;
- ▶ **40%** dos(as) empreendedores(as) brancos(as) mantiveram seus negócios em funcionamento com o auxílio de ferramentas digitais, 32% dos(as) negros(as) fizeram uso desse tipo de recurso;
- ▶ **46%** dos negócios liderados por negros(as) tiveram de interromper temporariamente o funcionamento, enquanto 41% dos negócios mantidos por brancos(as) tiveram interrupção temporária;
- ▶ **Negros e brancos** pediram empréstimo em bancos em proporção semelhante, mas os(as) negros(as) tiveram recusa em 61% dos casos, enquanto para os(as) brancos(as) foi de **55%**

Se em tempos de normalidade econômica o ambiente de negócio brasileiro já é desafiador ao empreendedorismo negro, em tempos de crise esses desafios foram ampliados exponencialmente causando o fechamento de várias empresas. Os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 reforçaram a necessidade de digitalização das empresas. Apoiar seus negócios em tecnologias se tornou determinante para o sucesso dos negócios. Contudo, baixo acesso à internet e falta de capacitação para o uso de ferramentas tecnológicas afetaram diretamente o empreendedorismo negro durante a crise.

A dificuldade de acesso ao crédito e as redes de apoio também reduziram ainda mais as chances de sobrevivência desses negócios. Nesse cenário ficou clara a importância de fazer parte de redes e ecossistemas que permitam o apoio e colaboração entre diversas organizações.

<sup>20</sup> <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-aponta-que-populacao-negra-e-infectada-2-5-vezes-mais-que-a-de-brancos-na-capital-paulista,70003350771>

<sup>41</sup> Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD> - acessado em 08/03/2021



# 14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas estratégias e soluções visando o desenvolvimento e fortalecimento de ecossistemas, de empreendedores(as) negros(as) e organizações intermediárias podem ser colocadas em prática a curto, médio e longo prazo. O primeiro grande passo a ser dado para superar os desafios que pessoas negras enfrentam na hora de empreender é o reconhecimento da existência de racismo no Brasil, e que esse fenômeno afeta o indivíduo negro e suas chances de vida, empreendendo ou não. A redução das desigualdades e a remoção das barreiras impostas a empreendedores(as) negros(as) dependem de ações ecossistêmicas entre os mais diversos atores apresentados no decorrer deste relatório.

Por meio da colaboração e dos diversos debates entre os atores dessa rede do ecossistema em formação, foi possível avançar na compreensão do tema e propor caminhos e ações que fortaleçam o ecossistema do empreendedorismo negro e reduzam as desigualdades.

## Acesso

A palavra-chave para o desenvolvimento do empreendedorismo negro é “acesso”. O acesso à educação pública de qualidade precisa ser pensado como um projeto de país equânime. Não há igualdade racial e social em uma sociedade em que todos(as) não tenham as mesmas oportunidades, tampouco condições básicas de subsistência.

As barreiras que dificultam o acesso às ferramentas tecnológicas compõem um desafio que precisa ser solucionado no curto prazo uma vez que o limitado acesso à internet aliado à falta de informação e baixo nível de capacitação representam entraves para empreendedores(as) negros(as) utilizarem ferramentas que ajudem no desenvolvimento dos seus negócios.

Esses empreendedores estão ainda mais distantes das tecnologias mais inovadoras como computação em nuvem, big data e internet das coisas reduzindo ainda mais suas chances de competirem na nova era digital.

Nos tempos atuais, acesso à tecnologia e inovação são fundamentais, pois permitem a digitalização dos empreendimentos o que gera oportunidades de acesso a novos mercados, aumento da base de clientes e maior geração de valor.

Para que esses empreendimentos se desenvolvam e alcancem uma competitividade sustentável, é necessário que lhes sejam garantidas condições igualitárias no acesso ao crédito, às redes de contato e aos investimentos.

Como dito, a redução dessas barreiras depende de ações ecossistêmicas e esforços em todos os níveis. Grandes empresas precisam compartilhar conhecimento e tecnologias, inserir empresas de empreendedores negros em sua cadeia de valor; o Estado precisa garantir acesso à educação, capacitação e infraestrutura de tecnologia; as empresas intermediárias são essenciais para o mapeamento das necessidades de cada região e no advocacy dessas necessidades junto aos outros atores.

Nesse sentido, é extremamente relevante que instituições públicas, privadas e as organizações intermediárias colaborem entre si para que as oportunidades sejam difundidas amplamente e planejadas de forma a atender as reais necessidades de empreendedores(as) negros(as).

## Desenvolvimento e Fortalecimento do Ecossistema

O desenvolvimento do empreendedorismo negro necessita que novas redes e ecossistemas sejam criados e que ações sejam implementadas no sentido de fortalecer aqueles já existentes. Para que isso ocorra, algumas mudanças de paradigmas são

necessárias. Organizações intermediárias precisam realizar e estruturar o advocacy com grandes empresas e governo para que os tópicos relevantes para a ascensão do empreendedorismo negro seja cada vez mais parte da pauta desses atores. Outro passo nessa direção seria o desenvolvimento de um índice de diversidade que capture e mostre ao mercado como as empresas estão cada vez mais conectadas e implementando práticas que, de fato, reduzem as desigualdades raciais dentro e fora das organizações. Por fim, o Estado deve trabalhar na implementação de políticas específicas para o fomento e criação de redes, assim como para o fortalecimento de empreendedores negros.

A presença de pessoas negras em todos os espaços de poder é primordial para que programas e políticas sejam desenvolvidos e implementados atendendo as reais necessidades dessa população. Negras e negros precisam influenciar uns aos outros e participar cada vez mais de redes e ecossistemas.

## Negócios e Covid-19

As consequências econômicas da pandemia de COVID-19 foram agravadas devido à desigualdade racial e o racismo existente no país. As barreiras de acesso ao crédito e as dificuldades de acesso às ferramentas tecnológicas foram fortes limitadores para o crescimento ou manutenção dos negócios geridos por pessoas negras.

Para enfrentar esse desafio é necessário fortalecer a rede de empreendedores(as) negros(as) e expandir a discussão entre pessoas brancas que ocupam espaços de poder e de tomada de decisão de modo que elas se tornem aliadas nessa causa. O apoio entre empresas é essencial para garantir a sustentabilidade e perenidade dos negócios, conectando ações e construindo um ecossistema estruturado e organizado capaz de conferir legitimidade, força e apoio para as mudanças necessárias que tempos de crises exigem.

## Palavras Finais

O empreendedorismo negro tem uma conexão direta com a autonomia financeira de pessoas negras e, conseqüentemente, com a inserção social e a noção de pertencimento. Trata-se de um movimento valioso para a população negra em razão da desigualdade racial vigente na sociedade brasileira. O ambiente de negócio para esses empreendedores, que já tinham que enfrentar uma série de dificuldades, se tornou ainda mais desafiador diante da crise sanitária resultante do COVID-19.

Só a partir da compreensão dos principais entraves, das estruturas que servem como pilares para o empreendedorismo negro e o entendimento dos papéis dos mais diversos atores que compõem esse ecossistema é possível traçar estratégias e desenhar soluções eficazes.

O empreendedorismo negro é certamente um dos caminhos para promover reparação histórica e a correção dos processos que serviram para marginalizar e estigmatizar a população negra. O sucesso dessa empreitada depende de esforços conjuntos, colaboração e investimentos nos indivíduos, seus negócios e em toda a cadeia de valor, possibilitando uma trajetória de sucesso para negros(as) como muito potencial criativo e econômico.

# LISTA DE SIGLAS

**COVID** - Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)

**CEERT** - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

**FBSP** - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**FGV EAESP** - Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo

**FGVcenn** - Fundação Getulio Vargas, Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios

**FNB** - Frente Negra Brasileira

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**MNU** - Movimento Negro Unificado

**ONG** - Organização Não Governamental

**PL** - Projeto de Lei

**RH** - Recursos Humanos

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**TEN** - Teatro Experimental do Negro

**UFRB** - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas



# RAÇA E MERCADO

## Coordenação

Edgard Barki  
Márcio Macedo  
Pablo Leão

## Produção

Alma Preta Jornalismo

## Projeto Gráfico e Diagramação

Lais Oliveira

## Apoio

VISA



J.P.Morgan

## Realização



FEIRA  
PRETA

